

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS

MARINA DA FONSECA LOPES

**RIO DO PEIXE: UM ESTUDO DE CASO AMBIENTAL E  
ARQUEOLÓGICO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Medianeira

2018

MARINA DA FONSECA LOPES



**RIO DO PEIXE: UM ESTUDO DE CASO AMBIENTAL E  
ARQUEOLÓGICO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Gestão Ambiental em Municípios - Polo UAB do Município de Concórdia, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Renata Mello Giona.

Medianeira

2018



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Gestão Ambiental em Municípios



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Rio do Peixe: um Estudo de Caso Ambiental e Arqueológico

Por

**Marina da Fonseca Lopes**

Esta monografia foi apresentada às 14 h do dia 11 de agosto de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios - Polo de Concórdia, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata Mello Giona  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Antonia Bartolomeu Agustini  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof. Dr. Valdemar Padilha Feltrin  
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Para os índios, a floresta é um mundo, o seu habitat. Da floresta eles obtêm tudo o que precisam para suas vidas, desde material para a construção de suas casas, utensílios básicos, ferramentas, implementos de caça, até alimentos e remédios. Eles sabem que compartilham esse habitat com outros seres, animais de muitas espécies diferentes, que, às vezes, podem ser caçados para alimentar seu povo. Desde pequenas, as crianças aprendem sobre a floresta. Jovens, adentram a mata com seus pais, tios e avôs para incursões de caça, ou coleta de frutos, sementes, mel e material para construção de moradia. A floresta é como uma grande enciclopédia viva para o conhecimento indígena. (FUNAI & FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2012).

## RESUMO

LOPES, Marina da Fonseca. Rio do Peixe: Um Estudo de Caso Ambiental e Arqueológico. 2018. 95. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho apresenta resultados obtidos da pesquisa sobre sítios arqueológicos inseridos nas margens do Rio do Peixe, localizado no meio-oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. A região de estudo apresenta alto potencial arqueológico que vem sendo impactado ao longo dos anos pela implantação desenfreada de usinas hidrelétricas de médio e pequeno porte. O estudo buscou catalogar os sítios existentes, produtos do licenciamento ambiental arqueológico ou não. Foram identificados um total de 53 sítios arqueológicos, estes foram analisados conforme descrições disponíveis nas bibliografias especializadas, trazendo os possíveis graus de impactos causados por diversos fatores ambientais e antrópicos. Buscou-se também avaliar os impactos ambientais cumulativos gerados pelos aproveitamentos hidrelétricos quando projetados em grande escala, haja visto que o Rio do Peixe possui 37 empreendimentos (18 destes em operação, 16 nas etapas de licenciamento e 3 não identificamos informações) situação que vem ocorrendo no setor hidrelétrico do Brasil.

**Palavras-chave:** ocupação pré-colonial, conflito do contestado, sítios arqueológicos, hidrelétricas e legislação.

## ABSTRACT

LOPES, Marina da Fonseca. **Rio do Peixe: an environmental and archaeological case study**. 2018. 95. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

In this study, it is analysed the archaeological sites located on the banks of Rio do Peixe, located in the midwest of the state of Santa Catarina, Brazil. The study region presents a high archaeological potential that has been impacted over the years by the unrestrained implantation of medium and small size hydroelectric plants. The study sought to catalog the existing sites, products of archaeological or non-archaeological licensing. A total of 53 archaeological sites was identified, the identified sites were analyzed according to available specialized bibliographies descriptions, bringing the possible degrees of impact caused by various environmental and anthropogenic factors. The aim was to evaluate the cumulative environmental impacts generated by hydroelectric projects when projected on a large scale, since Rio do Peixe has 37 projects (18 of these in operation, 16 in the licensing stages and 3 do not identify information), a situation that has been occurring in the Brazilian hydroelectric sector.

**Keywords:** pre-colonial occupation; conflict of the contested; archaeological sites; hydroelectric na legislation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vegetação do Estado de Santa Catarina .....	17
Figura 2: Linha sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul (1913).....	28
Figura 3: Southern Brazil Lumber and Colonization Company.....	29
Figura 4: Brazil Railway Company e subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization Company.. ..	29
Figura 5: Território Contestado.....	31
Figura 6: Cemitérios do Contestado em Irani.....	32
Figura 7: O limite do contestado e seus municípios. ....	34
Figura 8: Atual organização espacial da região do rio do peixe. ....	36
Figura 9: Pontas de Projéteis Características da Tradição Umbu - Sítio Arqueológico Alice Boer.....	39
Figura 10: Estruturas subterrâneas associadas a Tradição Taquara/Itararé.....	42
Figura 11: Reconstituição de vasilhas - Tradição Taquara/Itararé. ....	42
Figura 12: Conjuntos funerários Tupiguarani.. ..	46
Figura 13: Materiais líticos associados à Tradição Tupiguarani.....	47
Figura 14: Sítio SC-PIX-01.....	49
Figura 15: Registro fotográfico do Sítio SC-PIX-02.....	49
Figura 16: Registro fotográfico do Sítio SC-PEI-01.....	50
Figura 17: Registro fotográfico do Sítio Arqueológico Salto do Sóque II.....	52
Figura 18: Registro fotográfico do Sítio Linha Encruzilhada. ....	53
Figura 19: Registro fotográfico do Sítio Itororó I.....	53
Figura 20: Registro fotográfico do Sítio Itororó II.....	54
Figura 21: Registro fotográfico do Sítio Linha São Carlos I.....	54
Figura 22: Registro fotográfico do Sítio Linha São Carlos II.....	55
Figura 23: Registro fotográfico do Sítio Linha São Carlos III.....	56
Figura 24: Registro fotográfico do Sítio Linha Sóvia. Fonte:.....	56
Figura 25: Registro fotográfico do Sítio Barra do Leão.. ..	57
Figura 26: Registro fotográfico do Sítio Caravaggi I.....	57
Figura 27: Registro fotográfico do Sítio Caravaggi II.....	58
Figura 28: Registro fotográfico do Sítio Linha Galdina I. ....	58
Figura 29: Registro fotográfico do Sítio Linha Galdina II. ....	59
Figura 30: Registro fotográfico do Sítio Linha São José. ....	60

Figura 31: Registro fotográfico do Sítio Linha Bonita I. ....	60
Figura 32: Registro fotográfico do Sítio Linha Bonita II. ....	61
Figura 33: Registro fotográfico do Sítio Ricardópolis .....	61
Figura 34: Registro fotográfico do Sítio Linha Mazieiro. ....	62
Figura 35: Registro fotográfico do Sítio Linha Pinheiro I. ....	62
Figura 36: Registro fotográfico do Sítio Linha Pinheiro II. ....	63
Figura 37: Registro fotográfico do Sítio Linha Hachmann. ....	64
Figura 38: Registro fotográfico do Sítio Cemitério dos Colonizadores. ....	64
Figura 39: Registro fotográfico do Sítio Histórico Estação Ferroviária. ....	65
Figura 40: Patrimônio cultural - Torres da Igreja da antiga Itá (SC). ....	75



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice demográfico dos municípios. ....	18
Tabela 2: Categorias de Licenciamento Ambiental X Arqueológico. ....	22
Tabela 3: Empreendimentos Inseridos na Bacia do Rio do Peixe. ....	23
Tabela 4: Levantamento de Sítios Georeferenciados na Bacia do Rio do Peixe. ....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BIG – Banco de Informações Geográficas

BRC – Brazil Railway Company

CGH – Central Geradora Hidrelétrica

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

FCA – Ficha de Caracterização de Atividade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAI – Licença Ambiental de Instalação

LAO – Licença Ambiental de Operação

LAP – Licença Ambiental Prévia

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEI – Sistema Eletrônico de Informação

UHE – Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	13
<b>3 BACIA DO RIO DO PEIXE</b> .....	16
3.1 HIDROGRAFIA.....	16
3.2 ASPECTOS DA FLORA.....	16
3.3 ASPECTOS POPULACIONAIS .....	18
<b>4 LEGISLAÇÃO</b> .....	20
4.1 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICA .....	20
4.2 POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO RIO DO PEIXE.....	23
<b>5 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO MEIO-OESTE CATARINENSE</b> .....	26
5.1 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL.....	37
5.2 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA BACIA DO RIO DO PEIXE.....	47
<b>6 AVALIAÇÃO DE IMPACTO AOS BENS NATURAIS E CULTURAIS DA BACIA DO RIO DO PEIXE</b> .....	73
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</b> .....	76
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	79
<b>ANEXO I – DICIONÁRIO DE TERMOS ARQUEOLÓGICOS</b> .....	89
<b>ANEXO II - MAPAS</b> .....	92

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visou compilar dados provenientes de pesquisas arqueológicas desenvolvidas ao entorno da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, localizada no Meio-Oeste Catarinense. Para tanto, buscou-se contextualizar o processo de ocupação do território, desde os primeiros grupos indígenas, caçadores coletores e ceramistas horticultores, até a ocupação histórica da área e a formação administrativa dos municípios que a comportam. Entende-se que acontecimentos históricos como a construção da estrada de ferro, que percorre toda a margem do rio do Peixe, e o Conflito do Contestado são fundamentais para o contexto regional do Oeste, terras de matas de Araucárias que foram exploradas devido à abundância madeireira e solo fértil.

A área de estudo vem sendo pesquisada por arqueólogos desde o século passado<sup>1</sup>, vinculados às pesquisas acadêmicas e desde 2009 por profissionais que atuam na área denominada de arqueologia preventiva ou arqueologia de contrato. Os estudos são desenvolvidos para implantação de empreendimentos como linhas de transmissão, loteamentos, postos de combustíveis, aterros sanitários, indústrias e usinas hidrelétricas.

Neste trabalho, foi realizado um levantamento dos sítios arqueológicos identificados durante pesquisas de contrato e acadêmicas, principalmente na área de usinas hidrelétricas. Não houve um recorte temporal, ou seja, o objetivo era elaborar um índice de sítios registrados em qualquer ano.

O trabalho foi dividido em seis capítulos sendo que o primeiro se trata da introdução. O segundo capítulo, dos procedimentos metodológicos aplicados ao longo da pesquisa, bem como as principais fontes consultadas e como foi realizada a coleta de dados.

O terceiro capítulo se refere a bacia do rio do peixe, seus aspectos físicos, ambientais e breve contexto populacional. O quarto capítulo traz a legislação ambiental e arqueológica atrelada ao licenciamento ambiental e os empreendimentos hidrelétricos que estão inseridos na área de estudo.

---

<sup>1</sup> Ver Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA-IPHAN). Fonte: portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa Acesso: maio de 2018.

O contexto ocupacional histórico da região pode ser conferido no capítulo cinco. Além disso, o capítulo contempla os dados pré-coloniais e levantamento de dados a respeito dos sítios identificados.

O sexto capítulo busca avaliar os impactos ambientais e aos bens culturais que a construção de usinas hidrelétricas pode acarretar, principalmente tratando dos usos e ocupações do solo de forma massiva.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Podendo ser relacionadas quanto a técnicas de coletas de dados e quanto ao tipo de metodologia aplicada, as pesquisas podem atender diferentes âmbitos para obtenção de informações, sendo as consultas documentais e bibliográficas um exemplo abrangente que engloba grande parte das pesquisas realizadas (SILVA et al., 2014). No caso da pesquisa aqui desenvolvida a coleta sistemática de dados bibliográficos atinge a necessidade proposta pelo tema de pesquisa.

A coleta e levantamento de dados ocorreu através da análise documental de fontes indiretas, ou seja, Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica contidos no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), relatórios na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2016a e 2016b), dados do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Legislação vigente<sup>2</sup>.

Os dados obtidos durante as pesquisas realizadas foram correlacionados com a bibliografia arqueológica e ambiental especializada. A correlação desses dados pode posteriormente fornecer maiores dados acerca dos impactos aos patrimônios culturais e naturais durante a instalação de empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio do Peixe. Desse modo “a indireta (pesquisa) bibliográfica se trata de recolhimento bibliográfico através de fontes secundárias como, por exemplo, relatórios de pesquisas e estudos hídricos [...]” (SILVA et al., 2014, p. 7).

Durante os trabalhos de pesquisa, as fontes bibliográficas escolhidas passaram por um processo de leitura explicativa, que atua com intuito de identificar os elementos verdadeiramente abrangidos pelo autor (MARCONI & LAKATOS, 2003).

Ainda, sobre a análise dos materiais bibliográficos utilizados durante o período de pesquisa, esses foram observados e analisados sob a luz comparativa das legislações arqueológicas e ambientais vigentes. Ou seja, Projetos e Relatórios de empreendimentos foram analisados de acordo com o ano de publicação dos mesmos, as usinas já em estado de atividade também

---

<sup>2</sup> Parte dos dados encontram-se disponíveis nas respectivas bibliotecas digitais de cada instituto citado acima.

foram analisadas a partir de seu ano de início das operações, ou seja, é possível identificar o tipo de legislação aplicada à construção dos empreendimentos energéticos em questão, bem como a aplicação de pesquisas arqueológicas na área dos respectivos empreendimentos.

Para que possam ser identificados os possíveis danos causados à bens arqueológicos, culturais e ambientais nas áreas de implantação das usinas é preciso que, primeiro, sejam identificados tais bens. Desse modo o levantamento bibliográfico incluiu os respectivos contextos culturais evidenciados na área abrangida pela pesquisa.

É sabido que diferentes grupos culturais produzem diferentes materiais culturais, ou seja, cerâmicas guaranis são certamente correlacionadas a grupos Guarani, pontas de projétil “rabo de peixe” são associadas a grupos culturais Umbu e estruturas subterrâneas a grupos Taquara/Itararé (ARAÚJO & OKUMURA, 2017; SCHMITZ & ROGGE, 2011). Assim, a identificação dos contextos arqueológicos tardios e não tardios fornece informações para a identificação dos bens culturais relacionados à arqueologia, parte importante das análises aqui desenvolvidas.

O contexto de ocupação histórica nos remete aos processos socioculturais e econômicos de ocupação do espaço que ocorreram na região meio oeste catarinense desde o início dos anos de 1900. Foram esses processos que influenciaram muitas das características socioculturais vistas hoje nas populações e municípios pelos quais o rio do Peixe passa.

Por consequência, o modo de uso e ocupação do espaço estando relacionado a história de um povo e com seu modo de vida cultural pode ser entendido como um sistema. Sistema esse que sofre com impactos quando instalações de empreendimentos do porte de usinas hidrelétricas são construídas.

Com isso, não se faz necessária a definição prévia de uma hipótese, tendo em vista que a instalação desses empreendimentos causa danos culturais, ambientais e econômicos, assim o mais pertinente no caso é identificar os tipos de danos causados e suas extensões no sistema do rio do Peixe.

Dito isso, a pesquisa e identificação dos danos deve “basear-se nas averiguações de outro estudo ou estudos na perspectiva que as conexões similares entre duas ou mais variáveis prevalecem no estudo presente”

(TRUJILLO, 1974 apud MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 133) e, é através das análises destes estudos sob a ótica da legislação cultural e ambiental que será possível identificar a amplitude destes danos.

Assim, a análise dessas estruturas de causa e efeito foi feita aqui nesta pesquisa de modo que não fosse relacionada à métodos indutivos e dedutivos já que o pensamento hipotético-dedutivo atribui melhores características ao entendimento e realização da pesquisa aqui descrita.

O método hipotético-dedutivo fornece à pesquisa aqui realizada ferramentas condicionantes à sua realização, ou seja, ao trabalharmos a hipótese de que a instalação de empreendimentos energéticos atua de maneira a afetar os bens naturais e culturais de uma sociedade, devemos buscar na literatura informações que ou corrobore ou refutem esta hipótese agindo de maneira reflexiva. Assim “as hipóteses tornam-se as ‘supostas verdades’ ou ‘meias verdades’, sobre os fenômenos que foram problematizados” (DINIZ & SILVA, 2008, p. 9), aqui sendo os danos patrimoniais e naturais.

Em suma, os dados levantados durante as pesquisas foram provenientes de exaustivo levantamento bibliográfico, que pretendeu abranger três grandes áreas de interesse, sendo essas: *o licenciamento arqueológico e ambiental, as estruturas socioculturais da área pesquisada e os aproveitamentos hidrelétricos projetados e já instalados na bacia do rio do Peixe*. Com os dados obtidos a pesquisa passou a adquirir um caráter misto sendo desenvolvida de maneira quantitativa e qualitativa, em que a natureza quantitativa da quantidade de empreendimentos energéticos se refletia diretamente ao cunho qualitativo dos efeitos causados nos bens naturais e culturais.



### 3 BACIA DO RIO DO PEIXE

#### 3.1 HIDROGRAFIA

A Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe (código 72) está inserida na região hidrográfica RH3 - Vale do Rio do Peixe, juntamente com o Rio Jacutinga (MMA, s/d). É tributária da Bacia do Rio Uruguai (código 7) que, de acordo com a Agência Nacional de Águas (2005 apud ZAGO & PAIVA, 2016), integra a Bacia do Rio da Prata, onde suas águas desaguam no Oceano Atlântico.

No estado de Santa Catarina o rio do Peixe está inserido na região Meio-Oeste do estado, com sua nascente na Serra do Espigão, município de Calmon (próximo à divisa com Paraná). O Rio percorre 299 km até desaguar no Rio Uruguai na cidade de Alto Bela Vista (ZAGO & PAIVA, 2016).

As coordenadas geográficas que delimitam a Bacia Hidrográfica estão nas latitudes: S 26°36'24" e S 27°29'19" e longitudes W 50°48'04" e W 51°53'57" em uma altitude média de 876 m do nível do mar e apresenta uma área territorial aproximada de 5.238km<sup>2</sup> (Comitê do Rio do Peixe, 2017).

Conforme os dados obtidos em Sady Zago & Doralice Pedroso de Paiva (2016) a Bacia do Rio do Peixe é drenada por 3.803 rios e córregos, seus principais tributários pela margem direita são: Preto, Quinze de Novembro, São Bento, Estreito, da Limeira, do Tigre, Caraguatá, Pato Roxo, Leãozinho, do Pinheiro; e na margem esquerda: Caçador, Castelhana, do Veado, das Pedras, Bonito, Cerro Azul, Barra Verde, Leão e Capinzal.

#### 3.2 ASPECTOS DA FLORA

A cobertura vegetal presente ao entorno da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe é constituída de Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista, conforme apresentado na Figura 1.



Figura 1: Vegetação do Estado de Santa Catarina. Fonte: Vill, s/d.

A **Floresta Estacional Decidual** (florestas secas) ocorre principalmente nas calhas dos Rios Uruguai, Canoas e do Peixe no estado de Santa Catarina (ZAGO & PAIVA, 2016). A distribuição dessa vegetação varia em todo o Planeta tendo em vista que ela ocorre tanto em ambientes secos como úmidos (FONTANA & SEVEGNANI, 2012). Essas florestas são caracterizadas pela ausência de Araucária (KLEIN, 1978). Ao longo do território do Rio Uruguai e seus afluentes, ocorre as formações montana e submontana que apresentam aspectos específicos dessa região (IBGE, 1992).

A **Floresta Ombrófila Mista** (Mata de Araucária) é caracterizada pela presença variada de flora tropical e temperada inserida em vegetação de planalto em que o clima é mais ameno. Atualmente, encontra-se quase extinta devido ao valor econômico e a expansão agrícola e pecuária (VILL, s/d). De acordo com Klein (1960), a *Araucária augustifolia* (Araucária) é a árvore que se destaca nesse compartimento ambiental, mas outras espécies mais baixas também ocorrem como é o caso da Imbuia, Erva-mate e Canela.

Ao entorno do Rio do Peixe podemos observar além desses dois compartimentos ambientais ligados a vegetação, outros como as florestas secundárias, capoeirões, capoeiras, pastagens, agriculturas e remanescentes florestais com espécies exóticas. Isso caracteriza um mosaico de diferentes

ocupações e usos do solo ocasionado pela ação antrópica (ZAGO & PAIVA, 2016).

### 3.3 ASPECTOS POPULACIONAIS

De acordo com o Comitê Rio do Peixe (2017) a Bacia abrange 27 municípios, sendo eles: Caçador, Rio das Antas, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Ibicaré, Luzerna, Herval D'Oeste, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Capinzal, Ipira, Calmon, Macieira, Salto Veloso, Arroio Trinta, Iomerê, Treze Tílias, Água Doce, Fraiburgo, Ibiam, Erval Velho, Campos Novos, Alto Bela Vista, Peritiba e Piratuba. Porém, apenas 19 dessas cidades são banhadas pelo Rio do Peixe, alvo dessa pesquisa e, Tabela 1, segue o índice demográfico destes municípios.

**Tabela 1: Índice demográfico dos municípios.**

ID	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
01	Caçador	77.323
02	Campos Novos	35.710
03	Videira	52.066
04	Joaçaba	29.608
05	Capinzal	22.524
06	Herval d'Oeste	22.443
07	Tangará	8.738
08	Ouro	7.363
09	Rio das Antas	6.246
10	Luzerna	5.705
11	Ipira	4.562
12	Erval Velho	4.480
13	Piratuba	4.102
14	Pinheiro Preto	3.480
15	Calmon	3.380
16	Ibicaré	3.268
17	Iomerê	2.917
18	Lacerdópolis	2.251
19	Alto Bela Vista	1.967

Fonte: IBGE (2017).

O crescimento populacional dessa região é baixo, de acordo com o censo populacional do IBGE (2017) sendo o município de Caçador o mais

populoso deles com 77.323 habitantes, enquanto que Alto Bela Vista é o menos populoso com 1.967 habitantes.

Devido à ausência de grandes cidades e pequena população regional, o desenvolvimento socioeconômico é razoável com um produto interno bruto que chega a R\$4,56 bilhões e com uma renda *per capita* de R\$14.188,00 (ZAGO & PAIVA, 2016).

## 4 LEGISLAÇÃO

### 4.1 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICA

O licenciamento ambiental nada mais é do que uma série de procedimentos administrativos em que o órgão ambiental de defesa do meio ambiente e patrimônio estabelecem os critérios e decidem pela autorização ou não da instalação de empreendimentos.

No estado de Santa Catarina os órgãos responsáveis são: Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo que o ultimo participa ativamente do processo de licenciamento, pois, dependendo do tipo de impacto do empreendimento que pretende ser instalado, se pequeno, médio ou grande porte, cabe ao órgão ser favorável ou não a emissão das licenças ambientais.

Os empreendimentos que necessitam de licenciamento ambiental são aqueles que se utilizam de recursos ambientais para sua implantação, podendo ser consideradas atividades poluidoras ou aquelas que possam causar qualquer tipo de impacto ou danos aos recursos ambientais (RESOLUÇÃO CONAMA, nº 237/97).

Aqui, o foco será dado à legislações e procedimentos aplicados ao licenciamento de empreendimentos hidrelétricos de médio porte como as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), tendo em vista que são parte do objeto desta pesquisa.

Entre os instrumentos legais do processo de controle ambiental, o primeiro deles é a Licença Ambiental Prévia (LAP) em que são apresentados aos órgãos competentes estudos preliminares do planejamento do empreendimento, informações e atividades referente a localização da obra. Assim, a LAP conterà um atestado de viabilidade ambiental para a implantação do empreendimento, além de conter as condicionantes para as próximas etapas do licenciamento conforme disposto no Art. 8º Inciso I da Resolução CONAMA n.º 237/97.

Concomitante ao processo iniciado no órgão ambiental – FATMA – se faz necessário dar entrada no órgão do patrimônio. Nesse sentido, o empreendedor encaminha uma Ficha de Caracterização de Atividades (FCA) ao IPHAN e, legalmente em 15 dias, haverá uma manifestação do órgão com a classificação do nível de impacto do empreendimento ao solo. De acordo com o

IPHAN, empreendimentos hidrelétricos como PCH's e CGH's, apresentam de médio a alto impacto:

Nível III [...] De média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo, grandes áreas de intervenção, como limitada ou inexistente flexibilidade para alteração de localização e traçado [...] Elaboração do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico a ser previamente autorizado por Portaria do IPHAN, e procedimentos subsequentes, conforme arts. 18 e 19 (INSTRUÇÃO NORMATIVA, N.º 001/2015 – IPHAN, p. 20).

Ou seja, mesmo que haja um discurso de empreendedores e até mesmo licenciadores de que os aproveitamentos hidrelétricos como PCH e CGH são de mínimos impactos e danos ao meio ambiente, trata-se de uma visão que vai em favor a instalação das usinas sem pensar no real impacto que isso gera nos recursos ambientais como solo e rios.

O segundo instrumento legal disposto no Art. 8º Inciso II da Resolução CONAMA n.º 237/97, é a Licença Ambiental de Instalação (LAI) em que o órgão autoriza a implantação do empreendimento, porém visando os programas ambientais e arqueológicos (quando necessário), deve-se cumprir as exigências solicitadas na licença anterior. Nessa etapa deverá haver um controle ambiental e demais condicionantes. Quanto às pesquisas arqueológicas realizadas para a obtenção da LAI estas variam de acordo com os resultados obtidos na etapa anterior. Exemplo disso é a identificação de sítios arqueológicos ou ocorrências isoladas que não caracterizam um sítio e em qual local foi detectado se na área diretamente afetada (ADA) ou área de influência direta (AID). Tal situação justificaria a execução de um acompanhamento arqueológico (monitoramento), salvamento (resgate) ou até mesmo um projeto de educação patrimonial (divulgação científica com a comunidade) (Instrução Normativa, n.º 01/2015 – IPHAN).

A execução dessas condicionantes estará atrelada a próxima etapa do licenciamento, pois a Licença Ambiental de Operação (LAO) de acordo com o Art.8º, inciso III da Resolução Conama n.º 237/97, só será concedido ao empreendedor pelo órgão ambiental competente, depois do parecer favorável do Instituto do Patrimônio e da comprovação do cumprimento de todos os projetos e medidas de controle solicitadas anteriormente.

Abaixo segue legislações vigentes que dispõe dos critérios e normas a serem seguidas durante o licenciamento ambiental e arqueológico:

- **Lei n.º 6.938**, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- **Lei Estadual n.º 14.675**, de 13 de abril de 2009 – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências;
- **Resolução do CONAMA n.º 237**, de 19 de dezembro de 1997 – Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.
- **Instrução Normativa n.º 001**, de 25 de março de 2015 – Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

Com base nas legislações listadas acima destacamos alguns instrumentos técnicos que podem ser utilizados durante o processo de licenciamento. Como a presente pesquisa visa o patrimônio arqueológico, a Tabela 2 mostra os instrumentos separados por categorias de Licenciamento Ambiental x Licenciamento Arqueológico.

**Tabela 2: Categorias de Licenciamento Ambiental X Arqueológico.**

Licenciamento Ambiental	Licenciamento Arqueológico
Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) e respectivo Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA)
Estudo Ambiental Simplificado (EAS)	Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico
Relatório Ambiental Prévio (RAP)	Acompanhamento Arqueológico
Estudo de Conformidade Ambiental (ECA)	Salvamento Arqueológico
Projetos de Controle Ambiental	Programa de Educação Patrimonial
Plano de Programas Ambientais	
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	
Estudo de Análise de Riscos	
Plano de Ação Emergencial	

Fonte: IN n.º 44/2012; IN n.º 001/2015. Elaboração: Autora (2018).

Conforme os dados apresentados, existem legislações, diretrizes e instrumentos a serem aplicados durante o Licenciamento Ambiental e Arqueológico de empreendimentos hidrelétricos que variam de acordo com sua potência e dimensões. Um dos objetos dessa pesquisa culmina na identificação da aplicabilidade das legislações vigentes para os aproveitamentos hidrelétricos que estão inseridos na bacia hidrográfica do rio do Peixe.

#### 4.2 POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO RIO DO PEIXE.

De acordo com o Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o estado de Santa Catarina possui um total de 381 empreendimentos em operação que geram uma potência de 4.713.880Kw. A Tabela 3 contém informações sobre os empreendimentos inseridos na Bacia do Rio do Peixe:

**Tabela 3: Empreendimentos Inseridos na Bacia do Rio do Peixe.**

**(continua)**

ID	Tipo	Empreendimento	Município	Situação	Data de Operação	Processo no IPHAN
01	PCH	Ibicaré	Ibicaré	Licenciamento	-	x
02	PCH	Linha Rica	Ibicaré	Licenciamento	-	x
03	PCH	Vilincado	Ibicaré	Licenciamento	-	x
04	PCH	Barra do Pinheiro	Ipira	Licenciamento	-	x
05	PCH	Piratuba	Ipira	Licenciamento	-	x
06	PCH	Assombrado	Lacerdópolis	Licenciamento	-	x
07	PCH	Lacerdópolis	Lacerdópolis	Licenciamento	-	x
08	PCH	São Carlos	Lacerdópolis	Licenciamento	-	x
09	PCH	Águas de Ouro	Ouro	Licenciamento	-	x
10	PCH	Alto Alegre	Ouro	Licenciamento	-	x
11	PCH	Andromix	Tangará	Licenciamento	-	x
12	PCH	Salto do Soque	Tangará	Licenciamento	-	
13	PCH	Monjolo	Não identificado	Não identificado	-	
14	PCH	Ouro	Ouro	Não identificado	-	x
15	PCH	Pira	Ipira e Piratuba	Licenciamento	-	
16	PCH	Salto Goés	Tangará	Operação	28/02/2002	x



**Tabela 3: Empreendimentos Inseridos na Bacia do Rio do Peixe  
(conclusão)**

17	PCH	Francisco Lindner		Operação	Não identificado	
18	CGH	Goiabeira	Caçador	Operação	01/01/1951	
19	CGH	Mario Fett	Joaçaba	Operação	01/01/1947	
20	CGH	Bom Sucesso	Caçador	Operação	01/01/1940	
21	CGH	Santa Anna	Joaçaba e Luzerna	Operação	30/06/1959	
22	CGH	Rio Bonito Força e Luz	Tangará	Operação	08/07/1948	
23	CGH	Sopasta I	Tangará	Operação	10/07/1996	
24	CGH	Dona Amélia	Tangará	Operação	13/05/1947	
25	CGH	Rio do Peixe	Videira	Operação	01/01/1957	
26	CGH	Antônio Viel	Lacerdópolis	Operação	01/11/1959	
27	CGH	Fabricia	Caçador	Operação	01/01/1973	x
28	CGH	Força e Luz São Pedro	Pinheiro Preto	Operação	22/09/2008	
29	CGH	Ipoméia	Rio das Antas	Operação	Não identificado	
30	CGH	São Francisco	Joaçaba e Luzerna	Operação	31/10/1953	
31	CGH	Rio das Antas Energética	Rio das Antas	Operação	09/09/1980	
32	CGH	Santa Rosa		Operação		
33	CGH	Fuganti	Tangará	Operação	13/05/1947	
34	PCH	Titan	Rio das Antas	Licenciamento	-	x
35	PCH	Wilson Martini	Tangará	Não identificado	-	
36	CGH	Bom Jesus	Caçador	Licenciamento	-	x
37	CGH	Ipoméia	Rio das Antas	Licenciamento	-	x

Fonte: SEI/IPHAN-SC; ANEEL, 2016a, 2016b; ENGERA, 2013; Comitê Rio do Peixe, 2017; Lopes, 2017, 2017a.

Conforme os dados apresentados, a Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe apresenta um total de 37 aproveitamentos hidrelétricos inseridos nas mais diversas etapas de tramitação para implantação e operação.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a sociedade passa a se preocupar com questões de meio ambiente e impacto ambiental. Antes disso, as empresas consumiam os recursos naturais sem projetar as consequências e danos que poderiam estar causando ao planeta. Ou seja, a primeira conferência mundial que tratou sobre o homem e o meio ambiente ocorreu na Conferência de Estocolmo, na Suécia em 1972.

A obrigatoriedade de estudos ambientais como EIA/RIMA só passaram a ser exigidos com a Lei 6.938/81 através da Política Nacional do Meio Ambiente. Com isso, diversos empreendimentos hidrelétricos que foram instalados durante as décadas de 1940, 50, 60 e 70 não realizaram pesquisas ambientais prévias antes de serem construídos. Consequentemente as usinas foram construídas sem análises arqueológicas, fator que implica na mutilação de diversos sítios que poderiam estar inseridos nas áreas de influência do empreendimento.

## 5 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO MEIO-OESTE CATARINENSE

No século XIX, um país de proporções continentais como o Brasil ainda possuía diversas terras “não povoadas e improdutivas”, áreas onde a exploração de madeira, cultivo de grãos e criação de animais poderiam ser desenvolvidas. A construção de uma ferrovia que ligasse o sul brasileiro ao sudeste (Rio Grande do Sul X São Paulo) daria a solução para a improdutividade dessas terras, serviria de local para envio de colonos para garantir a posse do local e mais, estreitaria as distancias entre essas duas regiões nacionais. Assim a ferrovia foi vista como um símbolo do progresso nacional juntamente com o telegrafo e as frotas marítimas e, por isso, “a ferrovia povoou o imaginário social através de seus símbolos, alegoria e rituais” (NEUMANN, 2009).

Antes da construção da ferrovia que ligaria o Rio Grande à São Paulo, passando pelo oeste catarinense onde a pesquisa toma espaço, ocorrida entre 1908 e 1910 (ESPIG, 2012), outros projetos de linhas férreas foram desenvolvidos com intuito de contribuir com a colonização de diferentes áreas do país. Como exemplo temos a *Rio Grande Nord-West-Bahn*, ferrovia que tinha intuito de ligar as áreas mais povoadas do Rio Grande do Sul ao noroeste do estado, sendo esse projeto engavetado devido à problemas financeiros (NEUMANN, 2009).

A construção de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) foi um projeto desejado pelo público e somente autorizado pelo império em seus tempos finais. A ferrovia que ligaria o sul do país ao estado de São Paulo (ESPIG, 2012):

Foi em seus momentos finais que o Império brasileiro aprovou um projeto há muito acalentado pelo poder público, assinando-se o decreto que autorizava a construção de um caminho de ferro que faria a ligação da província de São Paulo ao sul do Brasil. Em 9 de novembro de 1889, através do decreto n.10.432, o engenheiro João Teixeira Soares recebeu do Governo Imperial autorização para "construção, uso e gozo" da ferrovia que passou a ser denominada Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). No dia 14 de novembro Teixeira Soares assinou o contrato com o Governo Federal, e apenas seis dias após a assinatura do decreto e um dia após a assinatura do contrato, caía a Monarquia e com ela o compromisso entre as partes. (ESPIG, 2012:852).

A autorização da construção da ferrovia em questão foi estabelecida pelo decreto n. 10.432 que, além da autorização para a construção da linha que ligaria o sudeste ao sul brasileiro, estabelecia também diretrizes para sua construção.

O decreto garantiu por 30 anos juros a 6% sobre o capital necessário a construção da obra, e essa concessão seria válida caso o valor utilizado no empreendimento não ultrapassasse um máximo de 37.000:000\$000, trinta e sete mil contos de réis (ESPIG, 2012). Outras diretrizes garantiam uma concessão gratuita de terras devolutas identificadas no decorrer da linha férrea, sendo que o espaço devoluto não deveria ultrapassar 30km em ambos os lados.

A liberação de construção da ferrovia foi cedida pelo império ao engenheiro João Teixeira Soares. A autorização para “construção, uso e gozo” (ESPIG, 2012:852) acarretou também em grande preocupação referente aos prazos concedidos ao engenheiro que deveria organizar a construção do empreendimento em no máximo um ano, tendo como condição que os trabalhos se iniciarem em sessenta dias após a aprovação dos estudos finais (ESPIG, 2012).

Dentre as obrigações atribuídas à empresa construtora, estavam a “de transportar gratuitamente colonos e imigrantes, além de sementes e plantas enviadas a esses pelo governo, bem como malas do correio” (ESPIG, 2012:853).

Uma questão de suma importância abordada no Decreto Imperial que libera a construção da EFSPRG é a imigração. Essa preocupação abrangia outro fato histórico ocorrido no final do século XIX, o fim da escravidão no Brasil. O modelo de ordem de trabalho passaria a ser estabelecido como a nova ordem de trabalho nacional, o colonato. Com isso, grandes fazendeiros passariam a “contratar” famílias de colonos para trabalhar em suas terras (GONÇALVES, 2017) e o governo brasileiro investiria nesse modelo de contrato trabalhista.

O decreto garantia, através das cláusulas 39 a 46, a organização das terras servidas pela linha férrea (ESPIG, 2012). Assegurava ainda que “a companhia deveria estabelecer em terras a serem demarcadas até dez mil famílias de agricultores nacionais e estrangeiros, no prazo máximo de quinze anos” (ESPIG, 2012), para melhor entender o trajeto realizado pela EFSPRG ver Figura 2.



**Figura 2: Linha sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul (1913). Fonte: Espig (2012). Adaptado pela autora (2018).**

A construção da linha férrea aconteceu em diferentes lugares simultaneamente através de diferentes frentes de trabalho (ESPIG, 2012). Esses trechos eram divididos entre norte e sul da construção, em que pontos eram construídos tanto no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo (ESPIG, 2012).

Uma das dificuldades encontradas durante a construção foi, justamente, na vistoria, coordenação e direção da construção da linha férrea, para que tudo ocorresse bem, porém o maior problema encarado pelos construtores foi o prazo (ESPIG, 2012).

Até o final do ano de 1910 a EFSPRG deveria estar concluída, porém no final de 1907 a linha sul tinha atingido apenas a estação de São João, sem previsão para que as obras fossem concluídas. No final desse mesmo ano uma empresa  *Holding*  americana, a  *Brazil Railway Company*  (BRC) adquire as ações da EFSPRG e assume o controle da diretoria da linha férrea (ESPIG, 2012). Em abril de 1908 a linha chega à estação de São João e no final do mesmo ano o engenheiro Italiano Achilles Stenghel é contratado como engenheiro chefe da linha sul (ESPIG, 2012).

Para vencer as inúmeras dificuldades da construção, Stenghel realizou um planejamento detalhado. No trecho entre São João e Marcelino Ramos, que possuía cerca de 315 km de extensão, organizou uma divisão minuciosa a fim de atacar concomitantemente diferentes partes da ferrovia. O percurso foi separado em cinco divisões, diretamente

subordinadas ao Chefe da Construção, com os números de 3ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª, dirigidas por engenheiros. Cada divisão, por sua vez, era dividida em quatro ou cinco residências, ocupadas por engenheiros residentes (Jornal O Libertador, Campos Novos, 09/02/1910 apud ESPIG, 2012:857).

A *Brazil Railway Company* continua à frente da construção da EFSPRG e em 1911, um ano após o término do prazo final de construção da linha férrea a subsidiária da BRC, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* (Figura 3) inicia seus trabalhos ligados ao aliciamento de trabalhadores para executarem tarefas de extração de madeira e exportação de erva-mate (ESPIG, 2012), figura 4.



Figura 3: Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Fonte: Rubim, (2008)<sup>3</sup>.



Título da Brazil Railway Company (BRC).



Operários deslocados para o ramal Porto União-São Francisco do Sul.

Figura 4: Brazil Railway Company e subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Fonte: Farquhar, (2011)<sup>4</sup>.

Foi associado à construção da linha férrea e as ações da *Lumber* que o povoamento e a ocupação intensiva das regiões oeste catarinense pelos colonizadores e exploradores de madeira ocorreu (ESPIG, 2012). A realidade

<sup>3</sup> Disponível em: <http://contestadoaguerradesconhecida.blogspot.com.br/> Acessado em: 15/02/2018 às 15:00.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://lumbercompany.blogspot.com.br/2011/04/brazil-railway-company.html> Acessado em: 15/02/2018 às 13:00.

social do oeste catarinense e as políticas públicas dirigidas pelos construtores da linha férrea, bem como os diversos acidentes de trabalho ocorridos durante as construções das linhas e o tráfego de madeiras e erva-mate (TOMPOROSKI, 2012) não foram os únicos acontecimentos de importância socioeconômica ocorridos no início do século XX que tomaram lugar no oeste catarinense.

Um litígio a respeito de limites internos do Brasil ocorreu durante a construção da linha férrea, passando desde o período colonial até a república brasileira e envolveu esferas administrativas, públicas, políticas e judiciais (BARBOZA, 2017). Esse litígio, embrião do que viria ser o conflito armado conhecido como contestado (1912 – 1916), não foi o único motivo por trás do conflito armado que abrangeu uma área total entre 25.000 e 48.000Km<sup>2</sup>, envolvendo um efetivo militar de aproximadamente 8.000 homens “somados a participação de cerca de 1.000 vaqueanos” (LIMA & TONON, 2017).

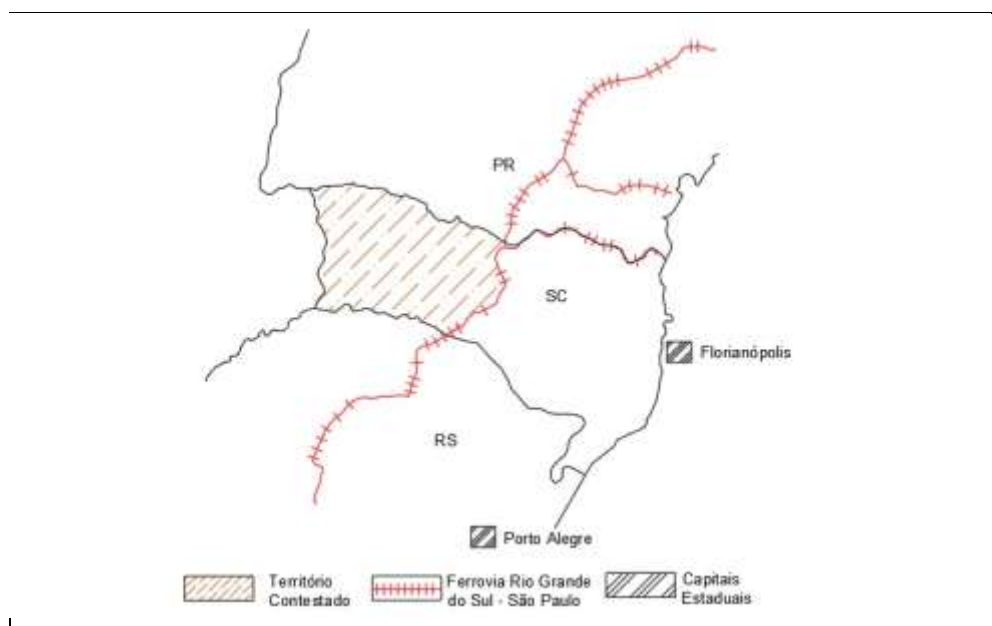
Dentre os fatores resultantes no conflito armado está presente a esfera econômica relacionado ao capital transnacional presente no território sulista para a construção da *Brazil Railway Company* e as ações de sua subsidiária, *Southern Brazil Lumber and Colonization Compan*, que foram, como dito anteriormente, responsáveis direto pelo processo de colonização das áreas não “habitadas” e pela instalação de serrarias na região (LIMA & TONON, 2017).

O cenário social antes estruturados e conhecido do planalto catarinense foi abruptamente modificado pela ação das subsidiárias estrangeiras no Oeste. Mesmo sendo garantido livre espaço e deslocamento de colonos através dos trilhos da linha férrea BRC (ESPIG, 2012) a realidade social, que anteriormente era amparada “em elementos fundamentais, como a relação com a natureza, a dependência de práticas coletivas para fomentar sua subsistência – a qual exigia o manuseio e domínio de ferramentas e armas – e o conhecimento profundo da região que habitava” (TOMPOROSKI, 2012:75) passa a ser desrespeitada e aquilo que outrora foi chamado de “‘seu’, ‘justo’ ou ‘um direito’” por não ser mais respeitado passa a ser motivo de lutas, e o planaltino decide “que suas características existenciais precedentes deveriam ser restauradas e, para isso, arriscaram e sacrificaram suas vidas” (TOMPOROSKI, 2012:76).

Outro fator relacionado ao início do conflito abrange a esfera política e a realidade da transição do sistema político brasileiro de Monárquico Constitucional para Republicano, ocorrido em 1899 (TONON, 2002; MACHADO,

2004 apud LIMA & TONON, 2017). Essa modificação governamental acarreta na modificação do que antes era padrão para a organização de posse de terras afetando as relações socioculturais da região (LIMA & TONON, 2017). Esses acontecimentos ligados ao crescimento na crença e misticismo religioso associada a presença de monges no território contestado contribui para o estopim do conflito armado (LIMA & TONON, 2017; MACIEL, 2017; BARBOZA, 2017) que viria a modificar a estrutura política do estado catarinense, figura 5.

A modernidade implantada na região do Contestado, com a presença de investimentos do capital transnacional e as mudanças do regime Republicano geraram uma série de transformações. A sociedade ficou dividida, de um lado os grandes proprietários e a representação política local, ou seja, aqueles que detinham o poder e estavam inseridos no processo de desenvolvimento, amparados ora pela lei, ora pela força paramilitar que imperava e aqueles que lutavam por manter a tradição da economia de subsistência, tentando sobreviver diante do avanço capitalista. Sobre a questão, Paulo Pinheiro Machado em sua obra “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas -1912-1916” apresenta a origem da liderança sertaneja rebelada, seus objetivos, situando-os no contexto econômico, político e social da época (LIMA & TONON, 2017:132).



**Figura 5: Território Contestado. Desenho: Marina da Fonseca Lopes, (2018).**

O fator ligado ao misticismo que envolve o conflito está ligado a devoção dos sertanejos aos monges, “pregadores religiosos bastante conhecidos em toda a região interiorana do sul do país” (MENEZES, 2012:113). Esses monges pregavam um reino no qual a lei de Deus vigorava, a estrutura político-cultural preconizada pelos monges assemelhava-se em muito com uma monarquia, acarretando em uma preocupação generalizada dos governos dos estados relacionados ao conflito (MENEZES, 2012).



Do contestado ficaram como herança não somente as histórias como sítios arqueológicos históricos. Foram acontecimentos que ficaram fixos no imaginário do oeste catarinense e modificaram paisagens e, desses locais, os mais sagrados são os cemitérios. O “cemitério, como morada dos mortos, constitui-se como um importante elemento sagrado da paisagem, marcando materialmente a memória daqueles sujeitos que contribuíram para as transformações da paisagem humana” (LINO, 2012:14).

Dos diversos cemitérios que foram produtos do contestado, o do Irani (SC) foi o primeiro produto do contestado, fruto da batalha do Irani ocorrida em outubro de 1912 (CNSA-IPHAN, acesso 2018<sup>5</sup>, VALENTINI & RADIN, 2012). Dentre as dezenas de mortos, também estão incluídos caboclos e policiais paranaenses. Dos mortos os mais célebres são José Maria, monge mártir do conflito e o capitão João Gualberto, “enviado para comandar a repressão” aos caboclos (LINO, 2012).

Foi nesse cemitério que um dos símbolos iniciais da guerra do contestado foi enterrado, o Monge José Maria, é seu túmulo também que remete a um dos estopins da guerra, o misticismo caboclo (LIMA & TONON, 2017; MACIEL, 2017; BARBOZA, 2017), ver figura 6.

Devido a uma profecia de José Maria, que preconizava que morreria em combate, mas em cem dias ressuscitaria junto com seus companheiros mortos para formar o exército encantado de São Sebastião, seus colegas abriram uma cova e colocaram o corpo de José Maria, apenas cobrindo-o com algumas tábuas para facilitar a ressurreição (LINO, 2012).



O túmulo do Monge



A vala dos 21

**Figura 6: Cemitérios do Contestado em Irani. Registro: Marina da Fonseca Lopes, (2017).**

<sup>5</sup> CNSA-IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa> Acessado em 07/09/2018.

A ligação e devoção dos sertanejos pelo Monge José Maria advém do fato de que o mesmo vivia suas realidades estando inserido na vida social dos sertanejos, coisa que os padres católicos não estavam, “o monge oferecia sua cura e conselhos de forma gratuita, enquanto os padres cobravam pela missa e batismos” (LOPES, 2018:44).

[José Maria] não era um curandeiro vulgar. Sabia ler e escrever e, há muito, possuía uns cadernos nos quais anotava as propriedades medicinais – comprovadas pela prática e a experiência popular – de numerosas plantas da flora de Serra-Acima. Ao mudar-se para o rancho do capataz, instituiu a “Farmácia do Povo”. Todos que tinham recursos pagariam, no mínimo, dois mil-réis pela consulta. Utilizavam-se dos fundos assim conseguidos assim para socorrer os mais necessitados. Esperando serem atendidos, os enfermos faziam filas no consultório improvisado; ele os atendia até bem tarde da noite. Ao entrar um paciente, José Maria, depois de ouvi-lo e examiná-lo, consultava os seus cadernos. Um dos secretários que o auxiliava copiava então a receita, que era entregue ao doente por escrito (...) Circulavam na área rezas manuscritas e cuja materialidade se atribuía uma força sobrenatural, e, cosidas em patuás, serviam para “fechar o corpo” e outros fins igualmente benéficos (Vinhas de Queirós, 1966 p. 81-82 apud MOCELLIN, 1989).

Outro acontecimento histórico relacionado à guerra do contestado abrangeu a região de São João de Cima, onde em setembro de 1914 chegou o recado<sup>6</sup>, “haveria um ataque, quem quisesse sobreviver, que fugisse” (ESPIG, 2012a), o ataque comandado por Chiquinho Alonso acontece como avisado e no quinto dia de setembro os “fanáticos” chegaram a estação Calmon.

A estação, as casas, a madeireira e todo o depósito de madeiras *Lumber Company*, existente em Calmon ardeu logo em seguida. Um imenso clarão se ergueu, podendo ser percebido desde a estação de São João, cerca de 27km de distância. A serraria ficou completamente destruída, restando apenas os esqueletos das gigantescas máquinas responsáveis pela produção (ESPIG, 2012a).

Durante a guerra, a tática utilizada pelos rebeldes (sertanejos) era exterminar os homens, deixando apenas as mulheres e crianças. As ações eram associadas ao saque de suprimentos dos locais em conflito, esses saques resultaram na morte dos sobreviventes por inanição (ESPIG, 2012a), um dos sobreviventes do ataque a estação foi Adolfo Albach que apesar de tomar dois

---

<sup>6</sup> “Os fanáticos nos enviaram, em seu modo costumeiro, uma mensagem, fixando-a a uma vara quebrada e enfiando-a na terra entre os trilhos da ferrovia entre as estações. O conteúdo desse bilhete dizia mais ou menos o seguinte: ‘Nós, José Maria, enviados pela graça da Santa Virgem e do São Sebastião a fim de melhorar o mundo e reinstaurar a monarquia, avisamos para as pessoas da ferrovia que devem abandoná-la imediatamente; pois em dois dias, depois destruímos São João iremos em direção a Porto União, o qual também será aniquilado. José Maria” (HELLING, 1931 apud ESPIG, 2012a).

tiros conseguiu se esconder no mato e acabou “testemunhando o ataque contra os turmeiros<sup>7</sup> da estrada de Ferro, assassinados impiedosamente” (ESPIG, 2012a:55). Para uma melhor identificação das regiões envolvidas no conflito armado em questão ver figura 7.



Figura 7: O limite do contestado e seus municípios. Fonte: SILVA, (2017).

Da estação de São João, que fora avisada e ameaçada do mesmo tipo de ataque partiram diversas pessoas, os poucos que permaneceram ainda acreditavam na natureza religiosa messiânica do movimento contestado, essa crença daria “capacidade de dialogar com os líderes dos piquetes” (ESPIG, 2012a).

São João foi evacuada, em grande parte pela linha de ferro EFSPRG. A maior parte dos moradores deixou a região durante o ataque ocorrido ao depósito da *Lumber Company* em cinco de setembro (1914), os vagões dos trens estavam cheios de mantimentos e pessoas, e na madrugada do dia 06 de setembro os avisos dados a poucos dias se concretizaram<sup>8</sup>, o ataque ocorre de maneira mais cruel do que o feito ao depósito da *Lumber Company* em Calmon (ESPIG, 2012a). Detalhe importante aqui é que a linha férrea EFSPRG, ao invés de auxiliar na evacuação dos moradores fornecendo transporte

<sup>7</sup> “os turmeiros representam a categoria profissional mais numerosa a envolver-se na construção da EFSPRG” (ESPIG, 2008:261).

<sup>8</sup> “Existem divergências sobre o tempo decorrido entre os ataques ao depósito da *Lumber Company* em Calmon e a ferrovia de São João, algumas fontes dizem que o acontecimento ocorreu com um dia de diferença enquanto Helling (1931) afirma que passaram-se dois dias [...]” (ESPIG, 2012a).

gratuitamente a EFSPRG cobrou normalmente pelas passagens (ESPIG, 2012a).

O pedido de socorro emitido pelos moradores de São João só chegou apenas na manhã do dia seis, horas após o ataque a Porto União da Vitória (ESPIG, 2012a). Dentre os diversos relatos da guerra, tem-se o de Robert Helling, chefe de tráfego da linha férrea em Porto União da Vitória. Helling, imigrante de origem alemã que veio ao Brasil em 1887 e aqui viveu no sul do país por aproximadamente 40 anos (ESPIG, 2010), vivenciou os ataques na estação férrea de Calmon (ESPIG, 2012a).

Helling comandou e dirigiu, após autorização do chefe de estação em Curitiba, um vagão de reconhecimento entre Calmon e São João, isso foi feito com intuito de garantir a segurança do trem de passageiros que logo após passaria com os fugitivos do iminente ataque (ESPIG, 2012a).

O trem comandado por Helling passou nas casas de tumeiros que existiam no caminho recolhendo mulheres e crianças, outro trem seguiria recolhendo o restante das mulheres, crianças e trabalhadores (ESPIG, 2012a). O relato de Helling colabora com o que relatamos anteriormente, nem todos embarcaram no trem para fugir pois acreditavam que os revoltosos não fariam mal algum a eles (HELLING, 1931 apud ESPIG, 2012a).

Dentre as batalhas do contestado, as principais foram:

**A batalha do Irani:** ocorrida em 22 de outubro de 1912, foi a batalha que deflagrou o conflito armado (SILVA, 2017);

**O combate do Taquaruçu:** caracterizado como o reinício da revolta do contestado a batalha ocorreu no reduto dos sertanejos em Taquaruçu, próximo a Curitiba. “o reduto dos sertanejos foi dizimado e ocupado, onde houve evasão de bandidos armados em meio à mulheres e crianças que serviram de escudo humano para conter a perseguição aos mesmos” (SILVA, 2017:6);

**O combate da Estiva:** ocorrido em seis de setembro de 1914 na estrada de ligação dos municípios de Rio Negro e Papanduva, o confronto envolveu tropas militares paranaenses e caboclos do contestado (SILVA, 2017);

**O combate do rio das antas:** “A região do rio das antas se encontrava em elevado grau de revolta, pois os posseiros que ali viviam há muitos anos foram expulsos ficando desamparados. A região havia sido concedida para a

madeira *Lumber*, que buscando colonizar a região fixou colônias de imigrantes alemães e ucranianos” (SILVA, 2017:8); e

**O combate de Santa Maria:** foi durante esta batalha que pela primeira vez na história militar brasileira é usado forças aéreas motorizadas em missão militar (SILVA, 2017).

Os acontecimentos que se desdobraram desde 1889 com a liberação da construção da EFSPRG (ESPIG, 2012) até o final da guerra do contestado em 1916 (LIMA & TONON, 2017), causaram modificações políticas e socioculturais visíveis até hoje, dentre tais modificações está a reestruturação do espaço político do oeste catarinense. Desde o investimento na colonização do local, a intensificação da exploração da madeira e erva-mate e a história do oeste catarinense estão intimamente ligada ao conflito e os desdobramentos históricos que levaram a ele.

Após o final da guerra, em 1916 (LIMA & TONON, 2017; ZAGO & PAIVA, 2016) o tratado de limites é assinado e com ele ocorreu a criação de diversos municípios, sendo estes: Cruzeiro, Chapecó, Mafra e Porto União (em 1917) (ZAGO & PAIVA, 2016). A organização do oeste catarinense é modificada, um local que anteriormente era composto por apenas dois municípios passa a possuir mais de 20 pelo desmembramento do antigo município de Cruzeiro (atual Joaçaba). Desses novos municípios, grande parte deles está localizada às margens do rio do peixe (ZAGO & PAIVA, 2016), onde este estudo toma parte, ver figura 8.



1 – Água Doce; 2 – Alto Bela Vista; 3 – Arroio Trinta; 4 – Caçador; 5 – Calmon; 6 – Campos Novos; 7 – Capinzal; 8 – Erval Velho; 9 – Fraiburgo; 10 – Herval D’oeste; 11 – Ibiam; 12 – Ibicaré; 13 – Iomerê; 14 – Ipira; 15 – Joaçaba; 16 – Lacerdópolis; 17 – Luzerna; 18 – Macieira; 19 – Ouro; 20 – Peritiba; 21 – Pinheiro Preto; 22 – Piratuba; 23 – Rio das Antas; 24 – Salto Veloso; 25 – Tangará; 26 – Treze Tílias; e 27 – Videira.

**Figura 8: Atual organização espacial da região do rio do peixe. Desenho: Marina da Fonseca Lopes, 2018.**

## 5.1 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO REGIONAL<sup>9</sup>

As primeiras ocupações dessa extensão de terra conhecida por região Sul brasileira, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não foram com a chegada dos colonizadores e sim pelos grupos indígenas que viviam na região desde períodos recuados a colonização europeia.

Acampamentos com datação de 10.700 a 6.600 anos AP (antes do presente), receberam a denominação arqueológica de Fase Ibicuí e Fase Uruguai, respectivamente (MILLER, 1976 apud SCHMITZ, 2006). Somente no século XVI os Portugueses e Espanhóis ocuparam as terras do Sul, na busca de riquezas naturais e mão de obra escrava (MOTA, 2011).

O estado de Santa Catarina apresenta um rico potencial arqueológico, referente à presença de vestígios materiais das populações passadas e recentes. Esses resquícios vêm sendo evidenciados nas pesquisas arqueológicas que estão sendo realizadas, em que a grande maioria está vinculada a projetos desenvolvimentistas, especialmente atrelados à produção de energia, hidrelétricas, linhas de transmissão, gasodutos entre outros, ampliação e construção de rodovias e ferrovias, portos, parques industriais e sistemas de comunicação como telefonia. É importante salientar que “a demanda crescente por fontes de energia está diretamente relacionada ao processo de urbanização e industrialização e ao conseqüente crescimento da população nas cidades, atraídas pela suposta geração de empregos (...)” (MONTICELLI, 2005).

Na região Sul do Brasil, as primeiras ocupações humanas são de grupos caçadores-coletores pré-cerâmicos. Essas populações teriam sido substituídas por populações indígenas agricultoras e ceramistas. Pode-se relacionar os grupos caçadores-coletores, representados pelas tradições Humaitá e Umbu e os grupos ceramistas horticultores das tradições linguísticas Macro-Jê e Tupi-Guarani (FARIAS, 2005).

Serão apresentadas informações gerais das tradições que habitaram a região e, por Tradição, considera-se os registros arqueológicos com conjuntos distintos entre si (NOELLI, 1999-2000, p. 226). A cultura material reproduzida manteve uma padronização constante, ou seja, as tradições não apresentam

---

<sup>9</sup> Os termos comuns do universo científico arqueológico estão listados e descritos no Anexo I – Dicionário de Termos Arqueológicos.

grandes variabilidades. Observam-se as sequencias estratigráficas como mudanças arqueológicas, representando e informando a presença de novas populações em diferentes períodos (NOELLI, 1999- 2000).

### 5.1.1 TRADIÇÃO UMBU

Os sítios arqueológicos da tradição Umbu, grupos pré-ceramistas, são caracterizados pela presença de grande quantidade de pontas de projétil e resíduos de lascamento. Seus assentamentos variavam de ambientes no Brasil Meridional e, ao longo do rio Ivaí, ocuparam locais a céu aberto e até mesmo abrigos-sob-rocha (PARELLADA, 2009). Nos abrigos rochosos eram encontradas gravuras simples com rabiscos irregulares, preenchidos com pigmentos escuros, destacando o fundo rochoso (SCHMITZ, 2006).

Na área de encosta do estado de Santa Catarina, a biodiversidade é significativa, destacando-se pela presença de Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa. Os grupos que ocuparam parte desse Bioma da Mata Atlântica apropriavam-se dos recursos vegetais disponíveis, bem como o palmito, pinhão, cará e outros alimentos derivados da caça e pesca (FARIAS, 2005).

Os grupos Umbus viviam em ambientes menos arborizados e estão associados os ambientes com paisagens abertas. São considerados os caçadores do campo (PROUS, 1992; CARBONERA, 2008). Já no Rio Grande do Sul e no Uruguai, a dinâmica dos acampamentos desses grupos da Tradição Umbu é diferente, pois eles se instalavam em áreas alagadiças e construíam cerritos, que são aterros artificiais onde fixavam suas habitações (MOTA, 2011).

Um dos fatores importantes para escolher um local de assentamento são os recursos hídricos, tendo em vista que os recursos faunísticos, florísticos e matéria-prima estão diretamente relacionados com as áreas de drenagem (RUBIN & CARBONERA, 2011).

Entre o centro-norte até o sul do estado de Santa Catarina foram mapeados 21 sítios arqueológicos com tecnologia lítica associada à Tradição Umbu, entre eles artefatos lascados e polidos. Os artefatos líticos frequentemente encontrados nesse tipo de sítios arqueológicos são pontas de projétil, lascas, facas bifaciais, raspadores, furadores e etc. (COSTA, 2014/2016).

A técnica de confecção preferencial é o lascamento unipolar, seguido a técnica por pressão, em sua maioria confeccionados sob seixos, rolados de rios. A indústria óssea, por sua vez, é formada por alguns poucos objetos encontrados até o momento, como furadores, agulhas, anzóis e ornamentos, entre outros. Já as conchas, foram utilizadas, principalmente, como contas de colar (SCHMITZ, 1984 apud COSTA, 2013).

Produzindo pontas de projétil e indústrias líticas com lascas retocadas (PROUS, 1992), os Umbu foram responsáveis pela produção de pequenos artefatos feitos através da exploração bifacial utilizando-se de um lascamento unipolar, explorando predominantemente o arenito silicificado como matéria-prima. Desse trabalho, resultaram pontas de projétil de diferentes tipologias, formas foliáceas e lanceoladas e de pequeno porte que variam entre 5 a 10 cm de comprimento (DIAS & HOELTZ, 2010). O mais conhecido instrumento produzido pelos povos ligados a Tradição Umbu foram às pontas rabo de peixe que acabaram por se tornar seus fósseis guia, figura abaixo (DIAS, 2008).

Entre a organização tecnológica dos conjuntos líticos da Tradição Umbu observa-se a exploração de matérias-primas disponíveis nos locais e variabilidade dos materiais selecionados, entre eles: calcedônia, quartzo (tecnologia bipolar), basalto e arenito silicificado (tecnologia unipolar) (DIAS, 2008), indicando um dinamismo na economia lítica, afirmado pela variedade de matéria-prima explorada e pela versatilidade na elaboração dos instrumentos.



**Figura 9: Pontas de Projéteis Características da Tradição Umbu - Sítio Arqueológico Alice Boer. Fonte: Sousa, 2017.**

Conforme Schmitz (2006), a alimentação desse grupo consistia em caça de médio e pequeno porte, principalmente em abrigos-sob-rocha e os vestígios



indicam uma caça generalizada com presença de anta, veado, porco-do-mato, cutia, paca, bugio, jaguatirica, tatu, ratão do banhado, outros ratos, preá, cágados e lagartos.

Sobre as estruturas rochosas também se localiza faunas lacustres como restos de peixes, conchas de caramujos terrestres ou de água doce, e cascas de ovos de ema. Por meio dos restos alimentares evidenciados, sugere-se que havia uma falta de controle de produção e recursos, neste caso os grupos mantinham-se pequenos, móveis e dispersos (SCHMITZ, 2006).

Quanto ao ritual de sepultamento dos grupos da Tradição Umbu, era simples, nas palavras de Schmitz (2006):

Uma vez aberta uma cova, na mesma eram colocadas lajes de arenito à guisa de assoalho, com uma extremidade mais elevada à maneira de travesseiro. Sobre o assoalho e o travesseiro era posta uma camada fina de carvões que recebia o corpo envolto em folhas de árvores e que era coberto com terra ou lajes. O corpo era depositado estendido de costas ou todo dobrado; só raramente os adultos eram acompanhados de algumas contas de colar; as crianças com mais frequência (MILLER, 1969 apud SCHMITZ, 2006, p. 18).

Nos abrigos rochosos eram encontradas gravuras simples com rabiscos irregulares, preenchidos com pigmentos escuros, destacando o fundo rochoso (SCHMITZ, 2006).

### 5.1.2 TRADIÇÃO HUMAITÁ

Os grupos pertencentes à Tradição Humaitá ocuparam a região sul do Brasil a aproximadamente entre 8.000 e 2.000 anos atrás, e se fizeram presentes em todos os estados da região sul brasileira, bem como em países vizinhos como Paraguai e Argentina (MOTA, 2011).

Esses grupos são conhecidos como os caçadores da floresta, com assentamentos curtos, que foi evidenciado por meio de análises estratigráficas que constatou que as camadas de seus acampamentos eram de 20 a 30 cm de espessura. Os vestígios arqueológicos encontrados indicam que esses grupos viviam em territórios amplos e eram formados por populações de 40 a 60 pessoas (MOTA, 2011).

Os conjuntos líticos da Tradição Humaitá correspondem à exploração de matérias primas como o basalto e o arenito silicificado. Os instrumentos eram produzidos sobre blocos maciços e entre eles destaca-se os seguintes artefatos: picões, machados e cunhas que, de acordo com Prous (2006), eram utilizados

para trabalhar a madeira e cavar o solo; choppers, chopping-tools, raspadores, percutores, lascas com e sem uso (CARBONERA, 2008), facas, furadores e instrumentos polidos (SCHMITZ, 2006). Os artefatos líticos dessa tradição são caracterizados por feições morfológicamente maciças, blocos ou seixos e, geralmente, não são identificadas pontas de projétil (PROUS, 1992).

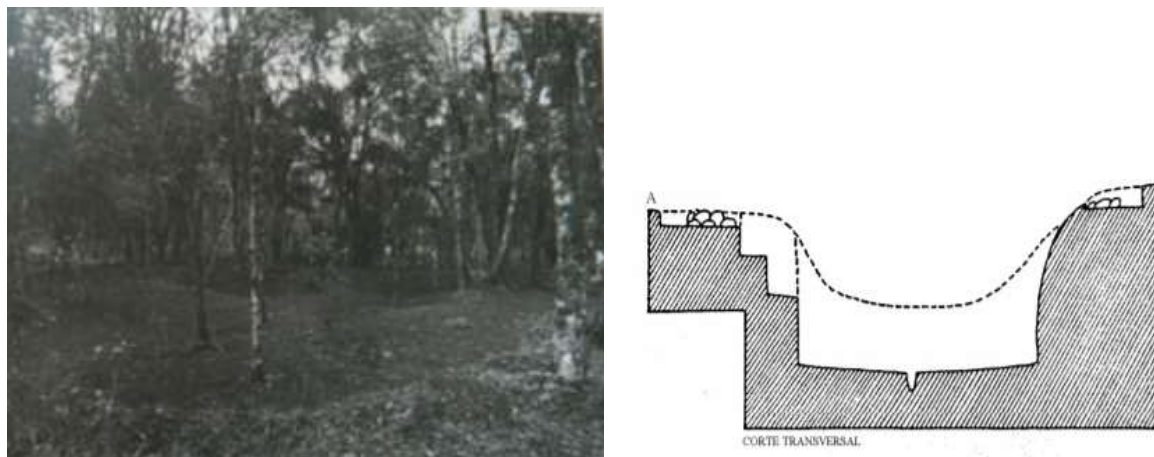
Os abrigos rochosos também recebiam gravuras rupestres, como por exemplo, no vale do Jacuí (RS), em que foram identificadas figuras com pisadas de animais como de gatos, veados, aves e símbolos sexuais. Foram localizados nesses abrigos anzóis produzidos a partir de ossos, mostrando importância da pesca para estes grupos (SCHMITZ, 2006).

As suas fontes de subsistência eram compostas por diversos animais obtidos através da caça e da pesca. Alimentavam-se também de frutos coletados. Seus acampamentos eram bem variados, podendo ser de madeira coberta por palha ou folhas de palmeiras, casas simples ou bem elaboradas e, eventualmente, ocupavam abrigos-sob-rocha (MOTA, 2011).

### 5.1.3 TRADIÇÃO TAQUARA-ITARARÉ

Marcus Vinícius Beber (2004) propõe em sua tese de doutorado que os grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro possuem um sistema de assentamento composto por diferentes tipos de sítios arqueológicos, sendo eles: grutas com sepultamentos, montículos funerários, sítios com presença de líticos, cerâmicas e estruturas subterrâneas, estes assentamentos estariam associados aos grupos da Tradição Taquara/Itararé, presente do litoral atlântico até o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

As estruturas subterrâneas, também conhecidas como *buracos de bugre*, figura abaixo, são encontradas no planalto, geralmente em altitudes acima de 200 m do nível do mar. São caracterizadas por depressões circulares ou hemisféricas construídas em áreas de campo e em matas de araucária (BEBER, 2004). Conforme Schmitz (1991 apud COSTA, 2015:26) os acampamentos são encontrados nas encostas dos morros, eventualmente no topo e frequentemente a poucos metros de pequenos cursos d'água. Essa localização não implica em ações provenientes das enxurradas, além de favorecer na visibilidade do terreno.



**Figura 10: Estruturas subterrâneas associadas a Tradição Taquara/Itararé. Fonte: Beber (2004).**

Associados a esses sítios evidenciados no Planalto e no Litoral Atlântico são encontrados fragmentos de cerâmicas com formas cilíndricas, figura abaixo, de coloração marrom e cinza, alisadas internamente e, em alguns casos, na porção externa podem ter linhas horizontais ou verticais, com decorações como ponteados, ungulados, pinçados, carimbados, impressões de cestaria, esteiras ou cordas (BEBER, 2004).

Os vestígios cerâmicos são menores, com características simples e paredes finas (CARBONERA, 2013). Também são encontrados vestígios de fogões e fogueiras, geralmente com pequenas pedras ou seixos de basalto, em alguns casos no mesmo local são encontrados raspadores, percutores, núcleos, seixos, utensílios utilizados para preparação dos alimentos (SCHIMITZ et al., 2002:22 apud BEBER, 2004), além de pinhões calcinados e carvões (COSTA, 2015).



**Figura 11: Reconstituição de vasilhas - Tradição Taquara/Itararé. Fonte: Souza (2009).**

Próximo a alguns sítios com estruturas subterrâneas são encontrados montículos que de acordo com Beber (2004) também fazem parte do sistema de assentamento desses grupos Taquara/Itararé. Esse tipo de sítio tem função funerária apesar de algumas localidades do Sul apresentarem montículos sem indícios de enterramentos. Além desses, as grutas também fazem parte de um padrão de assentamento com sepultamentos, podendo estar relacionadas a diferenças sociais ou cronológicas.

#### 5.1.4 TRADIÇÃO TUPIGUARANI

Os grupos da Tradição Tupiguarani estão relacionados com os índios Guaranis, Tupis e ancestrais ceramistas praticantes de agricultura. As fontes bibliográficas apontam que no litoral de Santa Catarina a ocupação Guarani ocorreu de forma intensa, porém breve com datações em 300 anos (SANTOS, 2016). Na arqueologia brasileira o PRONAPA foi responsável pelo levantamento da origem e rotas de difusão dessa Tradição associada aos povos falantes da língua Tupi.

De acordo com Chmyz (1976 apud COSTA, 2012), essa Tradição foi descrita principalmente pela produção de cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), conrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás, características essas que serão descritas brevemente ao decorrer deste subcapítulo.

Para Josiel dos Santos (2016) o fato de delimitar tradições e fases com diferentes tipos de materiais arqueológicos permitiu que, a partir de objetos ou tipos de sítios guia, fosse possível diagnosticar a identidade de seus produtores independente das fronteiras geográficas.

A dispersão cultural dos Tupiguaranis no território brasileiro foi exaustivamente discutida. No final da década de 1927 Alfred Métraux propôs um modelo onde a cultura Tupi-guarani teria ocorrido pela costa brasileira, a partir de uma dispersão sentido Sul-Norte através da bacia do Paraná e do Paraguai, neste ponto teria sido o local de separação dos Tupinambá e dos Guaranis (FAUSTO, 1992).

O principal modelo de expansão deste grupo cultural na América do Sul é proposto por José Luiz Proenza Brochado em sua Tese de Doutorado (1984)

onde explica a migração e expansão feita em um formato de pinça, indicando que o deslocamento populacional teria iniciado originalmente na região amazônica acerca de 3.000 A.P. seguindo em direção ao Sul (MILHEIRA, 2008), através de duas falanges distintas. Essa divisão originou os grupos hoje conhecidos como Proto-tupi (seguiram ao sul via Madeira-Guaporé chegando ao rio Paraguai) e os Proto-guarani (desceram a foz do Amazonas e se espalharam Leste-Oeste, Litoral e depois Sul) (FAUSTO, 1992).

Este fenômeno de dispersão estaria associado às mudanças climáticas, as secas ocasionaram um desequilíbrio e crise ambiental (MILHEIRA, 2008), por conta disso deslocaram-se na busca de terrenos férteis, quentes com abundância de água e florestas densas para que pudessem reproduzir seu modo de vida trazido da Amazônia, como o plantio de mandioca, milho, fumo, algodão e o cará. Além da caça, pesca e coleta para subsistência buscavam também locais com abundância de matérias primas para produção de canoas, ferramentas líticas, panelas de barro e utensílios para vestimentas (SCHMITZ & FERRASSO, 2011).

Enquanto que aqueles que se expandiram pelas florestas da bacia do rio da Prata, ocuparam os terrenos de Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, no Rio Grande do Sul, Sudeste e Planície Litorânea distribuíram-se por diferentes ambientes, em locais não tradicionais a essa cultura, como campos abertos e várzeas (banhado), um exemplo do registro arqueológico da ocupação destes espaços são os montículos de terra, conhecidos como cerritos, encontrados desde a bacia da Laguna dos Patos até a bacia da Lagoa Mirim no Uruguai (MILHEIRA, 2008).

Os assentamentos deste grupo cultural em Santa Catarina, especificamente nas proximidades do rio Uruguai encontram-se em terrenos pouco inclinados, distantes aproximadamente a 50 m das áreas alagáveis, os vestígios das casas são manchas escuras em solos avermelhados podendo haver carvão ou não (SCHMITZ & FERRASSO, 2011).

Representadas em geral pelas “manchas de terra” formadas pela decomposição dos materiais orgânicos depositados no solo pela ação humana. São manchas em formato circular ou elípticas, com dimensões que vão desde 5 a 40 metros de diâmetro e até 50 cm de profundidade, com espessura que variam de 5 a 40 cm. Por vezes, essas manchas são dispostas em conjunto ou individualmente. É normal que sejam encontradas na escavação dessas manchas elementos como: marcas de estacas, concreções, fogões, contextos cerâmicos, líticos e

arqueofaunísticos, esteios e postes indicadores da presença de cabanas e estruturas arquitetônicas (MILHEIRA, 2008, pp. 22-23).

Ou seja, as manchas escuras encontradas nos acampamentos desta Tradição correspondem às antigas estruturas das casas destes grupos que são compostas por ricos elementos e resíduos de outras atividades antrópicas.

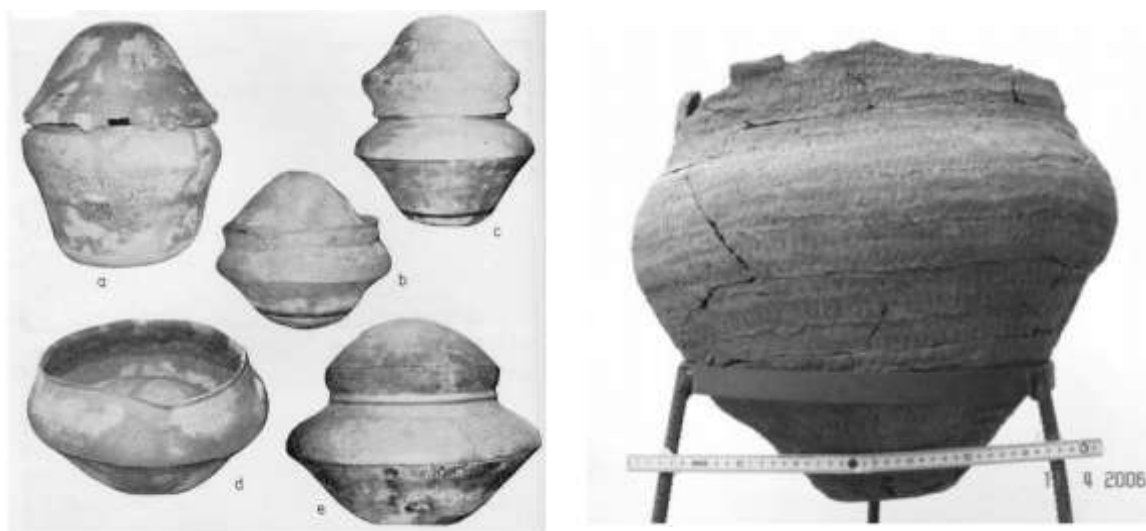
Um componente fundamental a respeito dos sítios Tupi-guaranis é o ritual de passagem da morte, as estruturas funerárias são consideradas conjuntos compostos por restos de ossos humanos dentro ou fora de vasilhas cerâmicas (MILHEIRA, 2008, p. 23) em Santa Catarina em muitos casos as urnas funerárias são de doação, muitas delas provém de achados fortuitos por agricultores ao lavrar a terra, essa informação se confirma pelo baixo número de sepultamentos escavados em projetos de resgate arqueológico, onde são encontrados os vestígios funerários preservados e acompanhados de seu contexto cultural (MÜLLER & SOUZA, 2011).

O enterramento ocorria de forma primária ou secundária, para Noelli (1993 apud MILHEIRA, 2008) o que distingue os dois tipos de enterramentos mencionados, é que na primeira ocasião o indivíduo era enterrado fora de um recipiente cerâmico, ou seja, direto no solo e no secundário corresponderia ao sepultamento dentro de um recipiente. Porém Jacobus também visto em Milheira (2008, p. 23), indica que o enterramento primário e secundário não está necessariamente associado ao suporte de enterramento (recipiente/urna) e sim ao procedimento. Neste caso o enterramento secundário trata-se dos “remanescentes ósseos não articulados em sua posição anatômica original” enquanto que o primário está associado ao procedimento inicial independente de cova ou urna funerária.

Para Lavina (2004 apud MÜLLER & SOUZA, 2011, p. 169) o enterramento em vasilhames é característico dos grupos Guaranis, os adultos passavam pelo processo de sepultamento secundário onde o corpo do indivíduo era enterrado até o descarnamento dos ossos, que posteriormente era retirado da cova e enterrado definitivamente em um vaso de cerâmica.

De acordo com La Salvia & Brochado (1989) as vasilhas cerâmicas eram produzidas para atender as necessidades gerais de usos diários, como por exemplo, para guardar alimentos, depósito de água ou fermentação. Porém os recipientes poderiam ter outras finalidades ao decorrer de sua utilização, até obter um uso exclusivo, como é o caso das urnas funerárias que depois de

cumprir com essa função não poderia retornar à utilização original. A figura 12 segue alguns exemplos destes vasilhames.



**Figura 12: Conjuntos funerários Tupiguarani. Fonte: Schmitz (2005); Pestana (2007).**

O modo típico de fabricação de utensílios cerâmicos do grupo Tupiguarani era a técnica de sobreposição de roletes de barro ou acordelamento. O resultado desse processo é um artefato com paredes mais espessas em relação ao tamanho do mesmo. Para decoração plástica dos aparatos cerâmicos os Guaranis comumente faziam uso das unhas (decoração ungulada) e das digitais (decoração digitada) para decorar plasticamente os vasilhames, que posteriormente eram cozidos em fornos redutores ou oxidantes. Igor Chmyz (1976 apud COSTA, 2012, p.35) descreve os povos da Tradição Tupiguarani como “um grupo produtor de cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada” como já mencionado no início do subcapítulo.

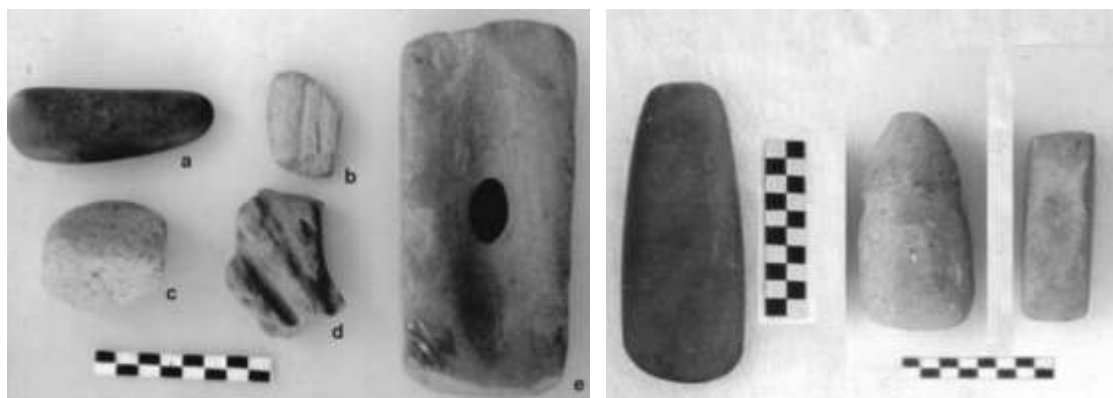
As formas iconográficas dos desenhos feitos pelos povos desta tradição eram predominantemente linhas onduladas ou linhas retas, a cerâmica guarani é descrita por André Prous (2009) como:

Uma das principais características da pintura Tupiguarani (compartilhada por outras tradições sul-americanas) é ausência do vazio, os espaços são sistematicamente preenchidos por pequenos elementos como pontos, linhas, partes ou miniaturização do padrão principal. [...] a cerâmica Tupiguarani não informa apenas sobre a tecnologia. As diferenças entre as formas das vasilhas e as modalidades das pinturas pré-históricas de várias regiões sugerem a existência de verdadeiras fronteiras culturais dentro da área de dispersão dos seus autores. A mais nítida delas corresponde geograficamente à separação entre os falantes históricos de línguas tupi e os falantes guarani, fato já notado em termos técnicos por outros

autores, como J. Brochado, mas agora visualizado nos elementos gráficos e na composição das pinturas (PROUS, p.14-17, 2009).

O tamanho das vasilhas variava entre pequenas tigelas a grandes talhas com bocas arredondadas, os recipientes também apresentam funções variadas que estão relacionadas ao preparo de certos tipos de alimentos, as vasilhas serviam para processar, servir e armazenar alimentos líquidos e sólidos (OLIVEIRA, 2011, p. 220).

Associado aos Tupiguaranis, também podem ser encontrados materiais líticos como os alisadores e, possivelmente, esses instrumentos serviam para alisar a superfície de cerâmicas e outros objetos. Os afiadores-em-canaleta eram confeccionados em fragmentos cerâmicos e sobre estruturas líticas. Outro material lítico dessa Tradição é o batedor-moedor e as lâminas de machado com e sem entalhe para prensão (PESTANA, 2007), ver figura 13.



**Figura 13: Materiais líticos associados à Tradição Tupiguarani. Fonte: Pestana, 2007.**

## 5.2 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA BACIA DO RIO DO PEIXE

Por meio do levantamento de dados realizados no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico de Santa Catarina, foram identificados um total de 29 sítios arqueológicos registrados na bacia do rio do Peixe associados a empreendimentos hidrelétricos.

Durante o licenciamento arqueológico, pode ocorrer de mais de uma equipe trabalhar na área de um mesmo empreendimento, pois findada a etapa de projeto-campo-relatório para a emissão do parecer do IPHAN referente a uma determinada licença, o empreendedor tem o livre arbítrio para contratar outros profissionais para executar a próxima etapa.



Um exemplo disso são as pesquisas realizadas no município de Ibicaré, para os aproveitamentos hidrelétricos PCH Linha Rica e PCH Ibicaré. No ano de 2015, o Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT/UNESC) protocolou na Superintendência do IPHAN o Relatório Final dos empreendimentos da PCH Ibicaré e PCH Linha Rica, ambos os projetos intitulados de *Diagnóstico Arqueológico Interventivo*<sup>10</sup> (CAMPOS, 2015). Mais tarde, em 2017, a Empresa Privada ARQUEOESTE protocola os resultados das pesquisas de campo desenvolvidas na área dos mesmos empreendimentos citados acima, porém o título das pesquisas corresponde a *Projeto de Prospecção Arqueológica* (OLIVEIRA & COSTA, 2017; COSTA & OLIVEIRA, 2017). Ou seja, em diferentes etapas das pesquisas arqueológicas, diferentes instituições responsabilizaram-se pelas pesquisas.

Abaixo apresenta-se um resumo dos 29 sítios arqueológicos inseridos na bacia do rio do peixe, o grau de conservação de cada sítio e os fatores que causam danos aos bens culturais arqueológicos.

O **Sítio SC-PIX-01—Erni Dotta**, está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ibicaré, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Ibicaré. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio, o mesmo possui uma área total de 2.200m<sup>2</sup> inserido em uma altitude de 565 m em relação ao nível do mar. Trata-se de uma área de patamar com declive suave.

No local foram encontrados materiais arqueológicos do tipo líticos lascados em matéria prima arenítica silicificada, calcedônia e basalto. O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% os fatores de impacto que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem a erosão fluvial, erosão pluvial e atividades agrícolas. De acordo com Roger Oliveira (2017a) a construção da PCH Ibicaré agravará em impactos e a medida de preservação é o resgate. Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 14.

---

<sup>10</sup> Legislação Portaria 230/2002 (revogada em 2015).



Vista Parcial o Sítio

Detalhe para instrumento identificado no sítio

**Figura 14: Sítio SC-PIX-01. Fonte: Oliveira & Costa (2017)**

O Sítio SC-PIX-02—Ervinho Tiago Antes, está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ibicaré, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Ibicaré. O sítio foi identificado em uma área privada de floresta ombrófila e estacional, o mesmo possui uma área total de 1.400m<sup>2</sup> inserido em uma altitude de 565m em relação ao nível do mar. Trata-se de uma área de patamar com declive suave-plano.

No local foram encontrados materiais arqueológicos do tipo líticos lascados em matéria prima arenítica silicificada, calcedônia e basalto. O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% os fatores de impacto que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem à erosão fluvial e erosão pluvial. De acordo com Roger Ávila de Oliveira (2017b) a construção da PCH Vilincado agravará em impactos no mesmo. Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 15.



Vista parcial do Sítio

Detalhes de instrumentos unipolares

**Figura 15: Registro fotográfico do Sítio SC-PIX-02. Fonte: Oliveira & Costa (2017).**

O **Sítio SC-PEI-01**, está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ibicaré, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Linha Rica. O sítio foi identificado em uma área privada de floresta estacional, o mesmo possui uma área total de 800m<sup>2</sup> inserido em uma altitude de 541m em relação ao nível do mar. Trata-se de uma área de planície de inundação com declive que varia entre plano a acentuado.

No local foram encontrados materiais arqueológicos em superfície do tipo líticos, lascas retocadas e instrumentos uni e bifaciais (COSTA & OLIVEIRA, 2017). O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% o fator de impacto que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem à erosão fluvial (COSTA, 2017), para imagens do sítio e seus materiais ver figuras 16.



Vegetação presente no local do Sítio

Detalhe de lasca unipolar em calcedônia

**Figura 16: Registro fotográfico do Sítio SC-PEI-01. Fonte: Costa & Oliveira (2017).**

O **Sítio Histórico Cemitério Aparecida**, está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Ibicaré, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Vilincado. O sítio foi identificado em uma área privada de capoeira/pastagem, o mesmo possui uma área total de 100m<sup>2</sup>. Trata-se de uma área de planície de inundação. No local foram encontrados materiais arqueológicos históricos em superfície do tipo muro de pedras (taipa) que correspondem a delimitação do cemitério do período de construção da ferrovia (LINO, 2009a).

O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% os fatores de impactos que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem à erosão eólica, erosão pluvial e atividades agrícolas. De acordo com Jaisson Teixeira Lino

(2009a) como medida de preservação do sítio recomendou-se a caracterização e sinalização arqueológica.

O **Sítio Histórico Casa de Turma**, está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Ibicaré, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Vilincado. O sítio foi identificado em uma área privada de capoeira e mata ciliar, o mesmo possui uma área total de 14.400m<sup>2</sup>. Trata-se de uma área de planície de inundação.

No local foram encontrados materiais arqueológicos históricos em superfície do tipo estruturas habitacionais referente a construção da ferrovia do Contestado, presença de vidros, metais entre outros materiais (LINO, 2009b). O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% os fatores de impactos que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem à erosão eólica, erosão pluvial e vandalismo. De acordo com Jaisson Teixeira Lino (2009b) como medida de preservação do sítio recomendou-se o resgate arqueológico do mesmo, tendo em vista que a implantação d empreendimento PCH Vilincado impactará o sítio.

O **Sítio Salto do Sóque I**, está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Tangará, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Salto do Sóque. O sítio foi identificado em uma área privada de floresta ombrófila, o mesmo possui uma área total de 1.000m<sup>2</sup>. Inserido em uma altitude de 504 m com relação ao nível do mar. Trata-se de uma área de meia encosta.

No local foram encontrados materiais arqueológicos históricos em superfície do tipo estruturas habitacionais onde se assentaram os turmeiros. A Casa de Turmas servia para abrigar os trabalhadores da companhia ferroviária (NEUMANN, 2011a). No local há remanescentes de taipas e pilastras de habitações (NEUMANN, 2011c).

O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% os fatores de impactos que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem à atividades agrícolas e construção de estradas. De acordo com Mariana Araujo Neumann (2011a) como medida de preservação do sítio recomendou-se o cercamento do mesmo, sinalização e educação patrimonial tendo em vista que a implantação do empreendimento PCH Salto do Sóque impactará o sítio.

O **Sítio Salto do Sóque II**, está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Tangará, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Salto do Sóque. O sítio foi identificado em uma área privada de floresta ombrófila e plantio. Inserido em uma altitude de 630m com relação ao nível do mar. Trata-se de uma área de meia encosta.

No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos produzidos em matéria prima basáltica e arenito silicificado como raspadores, lascas e picões (NEUMANN, 2011b). O grau de integridade do sítio está entre 25 e 75% os fatores de impactos que o sítio vem sofrendo ao longo dos anos correspondem à atividades agrícolas e construção de estradas. De acordo com Mariana Araújo Neumann (2011b) como medida de preservação do sítio recomendou-se o resgate arqueológico tendo em vista que a implantação do empreendimento PCH Salto do Sóque impactará o sítio. Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 17.



Vista geral do Sítio

Artefato com estigma de lascamento

**Figura 17: Registro fotográfico do Sítio Arqueológico Salto do Sóque II. Fonte: Neumann (2011c).**

O **Sítio Linha Encruzilhada**, está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Lacerdópolis, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Assombrado. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Trata-se de um terreno ligeiramente plano. Inserido em uma altitude de 500m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e bifaciais (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 18.





Vista para o sítio



Artefatos líticos provenientes do sítio

**Figura 18: Registro fotográfico do Sítio Linha Encruzilhada. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Itororó I** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Herval do Oeste, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Assombrado. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Trata-se de um terreno ligeiramente plano. Inserido em uma altitude de 512m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados. O sítio encontra-se impactado pela atividade agrícola (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 19.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados provenientes do sítio

**Figura 19: Registro fotográfico do Sítio Itororó I. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Itororó II** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Herval do Oeste, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Assombrado. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Trata-se de um terreno ligeiramente plano. Inserido em uma altitude

de 514m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados. O sítio encontra-se impactado pela atividade agrícola e ferrovia que corta e descaracteriza o sítio (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 20.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados provenientes do sítio

**Figura 20: Registro fotográfico do Sítio Itororó II. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha São Carlos I** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Lacerdópolis, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH São Carlos. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem, o mesmo possui uma área total de 800m<sup>2</sup>. Trata-se de um terreno razoavelmente plano. Inserido em uma altitude de 483m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos como lascas, núcleos e bifaces (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 21.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados provenientes do sítio

**Figura 21: Registro fotográfico do Sítio Linha São Carlos I. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha São Carlos II** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Lacerdópolis, identificado durante as pesquisas

arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH São Carlos. O sítio foi identificado em uma área privada de pequena horta. Trata-se de um terreno razoavelmente plano. Inserido em uma altitude de 485m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos, porém o sítio está impactado com objetos diversos proveniente de lixo contemporâneo (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 22.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados provenientes do sítio

**Figura 22: Registro fotográfico do Sítio Linha São Carlos II. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha São Carlos III** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Lacerdópolis, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH São Carlos. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem, o mesmo possui uma área total de 600m<sup>2</sup>. Trata-se de um terreno razoavelmente plano. Inserido em uma altitude de 475m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo fragmentos cerâmicos como borda com decorações corrugadas e lisa (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 23.





Vista para o sítio



Fragments de cerâmicas provenientes do sítio

**Figura 23: Registro fotográfico do Sítio Linha São Carlos III. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Sóvia** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Campos Novos, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH São Carlos. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem. Inserido em um platô do rio do Peixe, com declive suave e em uma altitude de 475m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo líticos lascados (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 24.



Vista para o sítio



Artefato lítico lascado

**Figura 24: Registro fotográfico do Sítio Linha Sóvia. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Barra do Leão** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Campos Novos, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH São Carlos. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Inserido em um platô do rio do Peixe, com declive suave e em uma altitude de 474m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados

materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo fragmentos cerâmicos e líticos (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 25.



Vista para o sítio

Fragmento de cerâmica proveniente do sítio

**Figura 25: Registro fotográfico do Sítio Barra do Leão. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Caravaggio I** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ouro, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Ouro. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Inserido em terreno plano e em uma altitude de 465m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e seixos. O maior impacto que o sítio vem sofrendo se dá em consequência a lavoura (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 26.



Vista para o sítio

Artefatos líticos lascados

**Figura 26: Registro fotográfico do Sítio Caravaggi I. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Caravaggio II** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ouro, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Ouro. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Inserido em terreno



plano e em uma altitude de 460m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados. O maior impacto que o sítio vem sofrendo se dá em consequência a lavoura (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 27.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 27: Registro fotográfico do Sítio Caravaggi II. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Galdina I** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Campos Novos, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Ouro. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio. Inserido em terreno plano e em uma altitude de 455m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos como picão com gume retocado. O maior impacto que o sítio vem sofrendo se dá em consequência a lavoura (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 28.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 28: Registro fotográfico do Sítio Linha Galdina I. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Galdina II** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Campos Novos, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Ouro. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem. Inserido em terreno plano e em uma altitude de 470m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 29.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 29: Registro fotográfico do Sítio Linha Galdina II. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha São José** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ouro, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Águas de Ouro. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio e pastagem. Inserido em terreno plano e em uma altitude de 450m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados, lascas de basalto e quartzo e núcleo em calcedônia (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 30.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 30: Registro fotográfico do Sítio Linha São José. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Bonita I** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ouro, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Alto Alegre. O sítio foi identificado em uma área privada de plantio e pastagem, o mesmo possui uma área total de 1.000m<sup>2</sup>. Inserido em terreno de inclinação suave e em uma altitude de 440m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e núcleos (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 31.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 31: Registro fotográfico do Sítio Linha Bonita I. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Bonita II** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ouro, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Alto Alegre. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem, antiga lavoura, o mesmo possui uma área total de 1.600m<sup>2</sup>. Inserido em terreno de inclinação suave e em uma altitude de 445m com relação



ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e núcleos (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 32.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 32: Registro fotográfico do Sítio Linha Bonita II. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Ricardópolis** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Capinzal, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Alto Alegre. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem. Inserido em terreno de relevo inclinado e em uma altitude de 450m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e lascas de quartzo (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 33.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 33: Registro fotográfico do Sítio Ricardópolis Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Mazieiro** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ouro, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Barra do Pinheiro. O sítio foi identificado em uma área

privada de lavoura, o mesmo possui uma área total de 1.250m<sup>2</sup>. Inserido em terreno plano de inundação e em uma altitude de 395m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 34.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 34: Registro fotográfico do Sítio Linha Mazieiro. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Pinheiro I** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Barra do Pinheiro. O sítio foi identificado em uma área privada de lavoura. Inserido em terreno pouco inclinado e em uma altitude de 410m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e fragmentos cerâmicos (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 35.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados e fragmentos de cerâmicas

**Figura 35: Registro fotográfico do Sítio Linha Pinheiro I. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Pinheiro II** está localizado na margem direita do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Piratuba. O sítio foi identificado em uma área privada de pastagem. Em uma altitude de 410m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 36.



Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 36: Registro fotográfico do Sítio Linha Pinheiro II. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Linha Hachmann** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Piratuba. O sítio foi identificado em uma área privada associado a lavoura e ferrovia. Em uma altitude de 410m com relação ao nível do mar. No local foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais do tipo artefatos líticos lascados e micro lascas em profundidade. A construção da ferrovia descaracterizou o sítio (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 37.





Vista para o sítio



Artefatos líticos lascados

**Figura 37: Registro fotográfico do Sítio Linha Hachmann. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Cemitério dos Colonizadores** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Capinzal, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Barra do Pinheiro. Inserido em terreno plano e em uma altitude de 430m com relação ao nível do mar. No local foram registradas lápides com datas de falecimento entre 1939 e 1969. O Sítio sofre com impactos antrópicos de vandalismos, algumas das lápides estão parcialmente preservadas enquanto que outras os ossos humanos podem ser vistos (SILVA, 2011). Para imagens do sítio e seus materiais ver figura 38.



Vista para o sítio



Lápide

**Figura 38: Registro fotográfico do Sítio Cemitério dos Colonizadores. Fonte: Silva (2011).**

O **Sítio Histórico Estação Ferroviária** está localizado na margem esquerda do rio do Peixe, no limite territorial de Capinzal, identificado durante as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico do empreendimento PCH Barra do Pinheiro. Inserido em terreno plano e em uma altitude de 420m com relação ao nível do mar. No local foram registradas as ruínas de uma estação ferroviária associada a EFSPRG, no local há vigas de

sustentação das paredes e do piso. O sítio encontra-se em baixo estado de conservação, em situação de abandono (SILVA, 2011), ver figura 39.



Vista para o sítio



Ruínas do sítio

**Figura 39: Registro fotográfico do Sítio Histórico Estação Ferroviária. Fonte: Silva (2011).**

De acordo com os dados apresentados acima, as pesquisas arqueológicas na área dos empreendimentos hidrelétricos do Rio do Peixe catalogaram 29 sítios arqueológicos. Abaixo segue a Tabela 4 com as coordenadas geográficas dos sítios descritos.

**Tabela 4: Levantamento de Sítios Georeferenciados na Bacia do Rio do Peixe.**

Nome do Sítio	Coordenada Geográfica UTM	Licenciamento do Empreendimento
SC-PIX-01 Erni Dotta	22J 465226E 7003250S	PCH Ibicaré
SC-PIX-02 Evino Tiago Antes	22J 466018E 7002280S	PCH Ibicaré
SC-PEI-001	22J 459861E 7000526S	PCH Linha Rica
Cemitério Aparecida	22J 467400E 7001085S	PCH Vilincado
Casa de Turmas	22J 467425E 7001122S	PCH Vilincado
Salto Sóque I	22J 473141E 7005663S	PCH Salto do Sóque
Salto Sóque II	22J 473847E 7005028S	PCH Salto do Sóque
Sítio Linha Encruzilhada	22J 447608E 6985848S	PCH Assombrado
Sítio Itororó I	22J 447184E 6986899S	PCH Assombrado
Sítio Itororó II	22J 446737E 6987113S	PCH Assombrado
Sítio Linha São Carlos I	22J 444361E 6981295S	PCH São Carlos
Sítio Linha São Carlos II	22J 444332E 6981553S	PCH São Carlos
Sítio Linha São Carlos III	22J 444248E 6981933S	PCH São Carlos
Sítio Barra do Leão	22J 444243E 6983039S	PCH São Carlos
Sítio Linha Savóia	22J 443442E 6979932S	PCH São Carlos
Sítio Caravaggio I	22J 440743E 6979290S	PCH Ouro

Sítio Caravaggio II	22J 439388E 6977853S	PCH Ouro
Sítio Linha Galdina I	22J 440989E 6979310S	PCH Ouro
Sítio Linha Galdina II	22J 442436E 6979922S	PCH Ouro
Sítio Linha São José	22J 438562E 6974706S	PCH Águas de Ouro
Sítio Ricardópolis	22J 434188E 6975653S	PCH Alto Alegre
Sítio Linha Bonita I	22J 433702E 6974565S	PCH Alto Alegre
Sítio Linha Bonita II	22J 433064E 6973796S	PCH Alto Alegre
Sítio Linha Hachmann	22J 424657E 6970018S	PCH Piratuba
Sítio Linha Pinheiro II	22J 425841E 6970090S	PCH Piratuba
Sítio Linha Maziero	22J 427526E 6974422S	PCH Barra do Pinheiro
Sítio Linha Pinheiro I	22J 427613E 6974103S	PCH Barra do Pinheiro
Sítio Estação Ferroviária	22J 427454E 6973314S	PCH Barra do Pinheiro
Sítio Cemitério de Colonizadores	22J 427954E 6973685S	PCH Barra do Pinheiro

Fonte: Silva, (2011); Oliveira (2017a, 2017b); Neumann (2011a, 2011b, 2011c); Lino (2009a, 2009b); Costa (2017). Elaborado: Autora, (2018).

De acordo com o Cadastro Nacional de Sítio Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, plataforma online, acessada em maio de 2018, 24 sítios arqueológicos foram identificados nas proximidades do Rio do Peixe nos municípios de Caçador, Ipira e Piratuba, porém devido à ausência de coordenadas geográficas disponíveis nas fichas de registro, os mesmos não puderam ser incluídos na tabela acima. Portanto, nos mapas anexos a esta pesquisa os mesmos estão inseridos no mapa intitulado de Densidade dos Sítios Arqueológicos do Rio do Peixe.

Algumas datas de registro dos sítios disponíveis nas fichas são questionáveis como as que se inserem no final da década de 1890. Salienta-se aqui que esse é um fator prejudicial ao levantamento de dados durante uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que as fichas de sítios disponíveis no site do IPHAN nem sempre se encontram atualizadas e corrigidas. Abaixo segue a descrição dos sítios disponíveis no CNSA.

O **Sítio Caçador I** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Caçador, registrado por João Alfredo Rohr em 1982. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila, possui uma área total de 500m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com registro de vinte e sete estruturas subterrâneas. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade

superior a 75% e como medida de preservação sugeriu-se a proteção através de cercamento (CNSA-IPHAN, 1989).

O **Sítio Rio Caçador** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Caçador, registrado por Nilson Thomé em 1994. O sítio foi identificado em uma área. Trata-se de um sítio pré-colonial com registro de galeria subterrânea. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade entre 25 e 75% e como medida de preservação sugeriu-se a remoção do entulho acumulado no interior da galeria devido a desabamento do teto, pesquisa arqueológica de salvamento, cercamento e proteção do local (CNSA-IPHAN, 1994).

O **Sítio Ipira I** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Walter Fernando Piazza em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 20.000m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade entre 25 e 75% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1899).

O **Sítio Esteves Júnior** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Walter Fernando Piazza em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 5.000 m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade entre 25 e 75% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1899a).

O **Sítio Severino Francisco Vieira** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 400m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía

um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1980).

O **Sítio João Salaminka** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 32m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos associados a Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto foi o enchimento do reservatório da UHE Itá (CNSA-IPHAN, 1980a).

O **Sítio Levino Minks** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 150m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos associados a Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1980b).

O **Sítio Pedro Lopes Vargas** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 40m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado a pecuária (CNSA-IPHAN, 1980c).

O **Sítio Francisco Wisenki** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 300m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos. De acordo com a Ficha de Cadastro

do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo e a abertura de estradas (CNSA-IPHAN, 1980d).

O **Sítio Severino Schiachet** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio, possui uma área total de 1.200m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1980e).

O **Sítio Velocíndio Pereira Duarte** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Ipira, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado à floresta ombrófila e plantio. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1980f).

O **Sítio U-379: José Casquevici** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado em 1989 durante as pesquisas arqueológicas vinculadas a construção da UHE Machadinho. O sítio foi identificado em uma área privada associado a plantio, com uma área total de 3.000m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, este esteve na área de impacto da represa da UHE Machadinho (CNSA-IPHAN, 1989a).

O **Sítio Linha Navegantes** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Walter Fernando Piazza em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos

cerâmicos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade entre 25 e 75% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1899b).

O **Sítio Adroaldo Luiz da Silva** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 150m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo associado ao cultivo (CNSA-IPHAN, 1899c).

O **Sítio Osvaldo Bruno Azevedo** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 100m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani (CNSA-IPHAN, 1899d).

O **Sítio Gonçalves da Silva** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 400m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de artefatos líticos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos esteve atrelado a erosão (CNSA-IPHAN, 1899e).

O **Sítio SC-UPP-79** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em área de floresta estacional a plantio. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25%

e o principal impacto que o sítio sofreu foi com o enchimento do reservatório da UHE Itá (CNSA-IPHAN, 1980g).

O **Sítio Nicolau Backes** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado floresta estacional e a plantio, com uma área total de 140m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foi relativo aos usos e ocupações do solo de cultivo (CNSA-IPHAN, 1980h).

O **Sítio Dorvalino Vieira** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 60m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani (CNSA-IPHAN, 1980i).

O **Sítio Anelino B. Nascimento** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 1.340m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani (CNSA-IPHAN, 1980j).

O **Sítio Otacilio de Moura** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em área de floresta estacional e plantio, com uma área total de 110m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade entre 25 e 75% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foi relativo aos usos e ocupações do solo de cultivo (CNSA-IPHAN, 1980k).

O **Sítio Juraci Backes** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio



foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 60m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade entre 25 e 75% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foi relativo aos usos e ocupações do solo de cultivo (CNSA-IPHAN, 1980l).

O **Sítio Orlando Lima** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio, com uma área total de 40m<sup>2</sup>. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos associados à Tradição Tupiguarani. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo de cultivo (CNSA-IPHAN, 1980m).

O **Sítio Vilmar Luís da Silva** está localizado nas proximidades do rio do Peixe, no limite territorial de Piratuba, registrado por Marilandi Goulart em 1899. O sítio foi identificado em uma área privada associado a floresta estacional e plantio. Trata-se de um sítio pré-colonial com presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos. De acordo com a Ficha de Cadastro do Sítio disponível no CNSA-IPHAN, no ano do registro o sítio possuía um grau de integridade inferior a 25% e o principal impacto que o sítio sofreu ao longo dos anos foram os usos e ocupações do solo de pecuária e abertura de estradas (CNSA-IPHAN, 1980n).

## **6 AVALIAÇÃO DE IMPACTO AOS BENS NATURAIS E CULTURAIS DA BACIA DO RIO DO PEIXE**

De acordo com o Engenheiro Ambiental Elfride Anrain Lindner (2007), a bacia do rio do peixe vem sofrendo com desastres naturais. Tais ocorrências se dão por uma série de fatores, entre eles o aumento populacional, processos de urbanização e industrialização e alterações dos usos do solo.

O desmatamento que a floresta vem sofrendo desde a chegada dos primeiros colonizadores brancos, a exploração agrícola e pecuária afeta a paisagem e as áreas de interesse cultural de forma negativa, em muitos casos o local tem seus aspectos originais desfigurados, além daqueles já gerados naturalmente por conta do tempo cronológico.

Os cursos hídricos foram impactados em suas características físicas e químicas sendo que as físicas podem ser medidas por meio de parâmetros como cor, turbidez, sabor, odor e temperatura, enquanto que as características químicas podem ser analisadas a partir de parâmetros como pH, dureza, ferro, cloretos, nitrogênio, fósforo e matéria orgânica. Ou seja, é possível monitorar e medir a qualidade da água na área de reservatórios de usinas hidrelétricas, a proliferação de algas pode ser um indicador da variação de temperatura da água em diferentes períodos do ano (SILVA, et al. 2009).

Outro aspecto importante a ser medido é a fauna do local, em que são criadas medidas de remediação por meio de remanejamento das espécies. Porém esse deslocamento pode não ser totalmente seguro, sempre há a possibilidade e o risco de uma determinada espécie não se adaptar ao novo habitat (JUNIOR, 2010 apud PEREIRA, s/d).

A área de estudo composta pela Bacia do Rio do Peixe apresenta um largo potencial arqueológico pré-colonial e histórico e, ao longo dos anos, pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e arqueológico e até mesmo pesquisas acadêmicas que vem sendo desenvolvidas na área de estudo registram sítios a céu aberto, com presença de artefatos cerâmicos e líticos lascados e polidos. Alguns dos sítios estiveram associados a Tradição Tupiguarani, grupo ceramista horticultor que ocupou densamente o território Sul do país, além dos sítios históricos associados ao conflito do contestado e a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.

Ao desenvolver uma pesquisa de campo, os arqueólogos recorrem às fontes orais e a população que mora no local possui um grande conhecimento acerca do território pesquisado. Um exemplo disso são os sítios descobertos em áreas de cultivo, o agricultor que está de tempo em tempo arando a terra faz com que muitos artefatos pré-coloniais que estavam em camadas mais profundas do solo sejam expostos na superfície do terreno. De acordo com Silva (2011), em Lacerdópolis (SC), foi registrado um maquinário agrícola conhecido por “subsolador” que possui lâminas com 80 cm de profundidade, ou seja, esse tipo de atividade no solo causa danos irreversíveis nas camadas arqueológicas.

O tema arqueologia só é debatido em uma comunidade por meio da educação patrimonial e programas de divulgação arqueológica, sendo pouco trabalhada no ensino escolar. Além de muitas pessoas que vivem no ambiente rural possuir pouco estudo, esse fator dificulta em a população conhecer o patrimônio arqueológico e ter conhecimento de como proceder ao encontrar artefatos. Então, muitos colonos coletam esses objetos em suas propriedades por saber que se trata de *pedra diferente, pedra de raio ou potes de bugre*<sup>11</sup> e isso, apesar de corroborar para a identificação de sítios em futuras pesquisas científicas, prejudica no quesito de descontextualizar o mesmo.

A implantação de empreendimentos hidrelétricos em anos anteriores a Legislação Arqueológica causou danos expressivos ao patrimônio, fato que pode ser observado na produção cartográfica anexa intitulada de Sítios Arqueológicos no Rio do Peixe, em que partindo da nascente do rio, os sítios foram registrados a partir dos municípios de Tangará e Ibicaré apresentando maior densidade nas proximidades do Rio Uruguai. Conforme a Tabela 03 nas páginas 23 e 24, muitos empreendimentos estão em operação desde a década de 1940, anterior a legislação que apesar dos bens arqueológicos serem mencionados na Lei nº. 3.924/1961 somente a partir da Portaria nº. 230/2002 que passa a ser exigido pesquisas arqueológicas atreladas a processos de licenciamento ambiental previstos na Resolução CONAMA n.º 001/1961 (FERREIRA, 2011).

Para findar a avaliação de impacto destaco ainda os impactos provenientes do enchimento do reservatório da UHE Itá, que deixou submersa a

---

<sup>11</sup> Grifo da autora. Forma que os objetos arqueológicos são popularmente conhecidos.

cidade e inúmeros sítios arqueológicos. Apesar de muitos deles terem sido resgatados por meio de programas arqueológicos, nem tudo pode ser salvo, fator que ocorre em outras UHE's do Brasil.

A usina de Itá deixou na memória e lembrança da população vestígios de uma antiga Itá, que pode ser vislumbrada por meio das torres da Igreja que se encontram no lago da usina como ponto turístico da cidade. Então fica o questionamento para reflexão, será mesmo que todos os moradores indenizados melhoraram de vida com a *nova*<sup>12</sup> Itá? Qual o real preço para a perda de um território onde você viveu toda a história de sua vida, onde você aprendeu a caminhar, falar, onde ganhou o primeiro brinquedo naquela casa antiga, as ruas onde deu os primeiros passeios de bicicleta, as praças e escolas onde fez amigos, a igreja onde se casou e batizou seus filhos. Hoje, tudo isso pode ser visto somente através dos álbuns fotográficos, na memória, na oralidade e nas recordações. Os vestígios dessa ocupação ficam nas torres e no olhar daqueles que não viveram, mas conseguem enxergar, ver figura 40.



**Figura 40: Patrimônio cultural - Torres da Igreja da antiga Itá (SC). Foto: Marina da Fonseca Lopes (2017).**

---

<sup>12</sup> Grifo da autora; cidade planejada e promissora.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Existe uma significativa quantidade de projetos e aproveitamentos hidrelétricos na bacia do Rio do Peixe e por meio de pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental destes empreendimentos hidrelétricos, sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos que remontam a história dos primeiros ocupantes do território meio-oeste catarinense vêm sendo sistematicamente registrados.

Há um discurso que defende o baixo impacto ambiental proveniente das hidrelétricas de pequeno porte. Essa situação só é confirmada a partir de uma análise micro, ou seja, construção de uma única usina. O que os investidores não trazem em pauta é resultado cumulativo (macro) ocasionado pela densidade de empreendimentos projetados em um mesmo rio. Partindo de uma macro visão, o impacto deixa de ser localizado e diversos fatores ambientais e socioculturais são afetados, como por exemplo (AZEVEDO et al., 2017):

- ✚ Alteração nos parâmetros físicos e químicos do curso hídrico;
- ✚ Transformação da qualidade da água e perda de oxigênio;
- ✚ Fragmentação de habitats e inserção de espécies exóticas;
- ✚ Danos na fauna terrestre como perda de diversidades;
- ✚ Impactos ao patrimônio arqueológico como destruição de sítios;
- ✚ Alteração paisagística de patrimônio de ordem natural;
- ✚ Impactos em áreas de ecoturismo;
- ✚ Emigração em excesso – deslocamento da população;
- ✚ Danos à cultura e ambiente de povos tradicionais.

São inúmeros os impactos causados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos, proveniente de fonte de energia limpa, sendo que o significado da palavra *limpeza*<sup>13</sup> no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1913) é; “limpo adj. Que não tem impurezas ou manchas: fato limpo. Nítido; puro. Que não tem mistura. Isento. Aperfeiçoado; bem feito: trabalho limpo. Claro, evidente. (Do lat. limpidus)” (FIGUEIREDO, 1913, p.1219).

Entende-se que a denominação de energia limpa se refere a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (MMA, s/d), “não é poluente o que contribui para o equilíbrio ambiental” (PEREIRA, s/d). Porém, até que ponto isso

---

<sup>13</sup> Grifo da autora.

pode ser considerado limpo e renovável se a água é um recurso esgotável? Isso, além da fauna, flora e populações que sofrem com os impactos sociais e mudanças drásticas ao meio ambiente. A construção desenfreada de usinas favorece os interesses econômicos de uns e remedia os impactos através dos programas ambientais, porém no atual cenário existem brechas que favorecem aqueles que têm mais.

Acredita-se que os objetivos da pesquisa de analisar os impactos ambientais e arqueológicos gerados pelo setor hidrelétrico nas margens do rio do Peixe, agrupar dados acerca do registro de sítios arqueológicos e produzir um banco de dados referente a esses bens e seus estados de conservação foram alcançados.

Porém no que tange à identificação da aplicabilidade da legislação brasileira no contexto ambiental, esse foi parcialmente identificado através do levantamento de dados no órgão público do patrimônio. Verificamos que dos 37 aproveitamentos hidrelétricos do rio do Peixe, 17 desses possuem processos em aberto ou já finalizados no IPHAN, enquanto que 45,9% desses empreendimentos não há menção de aplicabilidade da legislação arqueológica.

Encontra-se algumas limitações para a execução da pesquisa no órgão ambiental de Santa Catarina, tendo em vista que foram solicitadas as informações a respeito do andamento dos processos de licenciamento ambiental na bacia do Rio do Peixe e os dados não foram obtidos até os prazos necessários para execução desta pesquisa.

Após a obtenção desses dados, não se descarta a possibilidade da complementação deste trabalho, sendo a mesma publicada em revistas específicas da área ambiental.

Por meio de literatura especializada, é possível perceber que as pesquisas arqueológicas vinculadas à academia ocorrem em maior escala no litoral de Santa Catarina com os sambaquis e gravuras rupestres (DEBLASIS, et al. 2007; COMERLATO, 2005), na região serrana o foco está nos municípios de Urubici e São José do Cerrito (CORTELETTI, 2012; SCHMITZ, 2014) com a problemática das estruturas subterrâneas e abrigos-sob-rocha e no oeste o foco é o Rio Uruguai (CARBONERA & SCHMITZ, 2011) com os caçadores-coletores tardios.

Espera-se que, com essa pesquisa, possa ser apresentado um foco adicional à análise arqueológica catarinense. A ocupação humana que se ocorreu de forma sistemática no oeste catarinense deve receber um maior foco de pesquisa, haja visto que mesmo que nas últimas décadas os pesquisadores tenham se esforçado para compreender como se deu o uso e ocupação do espaço catarinense pelos grupos que aqui moraram, acabaram por deixar uma área fértil a pesquisa um pouco deslocada. Com isso deve-se ter em mente que um olhar mais aprofundado para as ocupações do oeste catarinense certamente contribuirá para um melhor entendimento dos grupos que aqui viveram.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia Angelina. **Estudo Técnico em Cerâmica Pré-Histórica do Brasil**. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). São Paulo – SP. 1994.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Aproveitamentos Hidrelétricos de Santa Catarina em Operação**. 2016a.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Aproveitamentos Hidrelétricos de Santa Catarina em Projeto**. 2016b.

ARAUJO, A. G. M & OKUMURA, M. **Fronteiras e identidade na pré-história: uma análise morfométrica de pontas líticas bifaciais do sudeste e sul do Brasil**. In Revista Especiaría – Cadernos de Ciências Humanas, vol. 17, n. 30. pp. 39-62. 2017.

AZEVEDO, R. F. et al., **Impactos Econômicos, sociais e ambientais de barragens e o interesse público primário**. Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo. In: Ministério do Meio Ambiente. 2017.

BARBOZA, Gabriel Goulart. **A resistência ao acordo de limites do estado das missões (1910 – 1917)**. Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – SC. 2017.

BEBER, Marcus Vinicius. **O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro: o caso da Tradição Taquara-Itararé**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004.

BINFORD, Lewis. **Willow Smoke and Dog's Tails: Hunter-Geatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation**. In: American Antiquity, v. 45, nº. 1. pp. 4 – 20, 1980.

BRASIL, **Instrução Normativa da FATMA, nº 44 de 07 de março de 2012**. Define a documentação necessária ao licenciamento e estabelece critérios para apresentação dos planos, programas e projetos ambientais para implantação de atividades de produção de energia hidrelétrica de pequeno, médio e grande porte.

\_\_\_\_\_, **Instrução Normativa do IPHAN, nº 001 de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

\_\_\_\_\_, **Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009** – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.



\_\_\_\_\_, **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981** – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_, **Portaria n.º 230, de 17 de dezembro de 2002**. Pesquisas arqueológicas atreladas as diferentes etapas do licenciamento ambiental (revogada).

\_\_\_\_\_, **Resolução do CONAMA, n.º 237, de 19 de dezembro de 1997** – Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a implantação da PCH Ibicaré**. Município de Ibicaré, Santa Catarina. Criciúma – SC. 2015.

CARBONERA, M. & SCHMITZ, P. I. (Orgs) **Antes do Oeste Catarinense: Arqueologia dos Povos Indígenas**. Editora ARGOS, Chapecó – SC. 2011.

CARBONERA, Mirian. **A tradição Tupiguarani Alto Uruguai: Estudando o “Acervo Marilandi Goulart”**. UNISINOS, São Leopoldo – RS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre a História das Sociedades Pré-Coloniais do Oeste Catarinense**. In: Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, n. 11, 2013.

COMERLATO, Fabiana. **As representações rupestres de Santa Catarina**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ilha de Santa Catarina. 2005.

Comitê Rio do Peixe, **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe**. Relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2016 pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe. Videira – SC. 2017.

CORTELETTI, Rafael. **Projeto arqueológico Alto Canoas** – Paraca um estudo da presença Jê no planalto catarinense. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

COSTA, Juliano Gordo. **A relação entre matérias-primas e tecnologia lítica no território pré-histórico do extremo sul catarinense**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre. 2014/2016.

\_\_\_\_\_. **Mobilidade e escolhas de matérias-primas rochosas por grupos pré-históricos caçadores-coletores na microbacia do rio da Pedra. Jacinto Machado/Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, UNESC – Criciúma, SC. 2013.

COSTA, S. S. & OLIVEIRA, R. A. **Relatório de Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da PCH Linha Rica, município de Ibicaré, SC**. Arqueoste: Chapecó – SC. 2017.

COSTA, Silvano Silveira. **Arqueologia no Alto Uruguai: a Foz do Chapecó**. Dissertação de Mestrado – UNISINOS, São Leopoldo - RS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final: Projeto Diagnóstico Arqueológico Interventivo Associado à Implantação da CGH Jacú, Município de Xaxim – SC**. Arqueoeste: Chapecó, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico SC-PEI-01**, município de Ibicaré, SC. 2017.

DEBLASIS, P. et al., Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. In: Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul-Americana, 3(1), pp. 29-61. 2007.

DIAS, Adriana Schmidt. **Estilo tecnológico e as indústrias líticas no Alto Vale do Rio dos Sinos**: Variabilidade artefactual entre sistemas de assentamentos pré-coloniais no Sul do Brasil. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Vol. 5 N. 9/10. Editora da UFPel. Pelotas – RS. 2008.

DIAS, A. S & HOELTZ, S. E. **Indústrias líticas em contexto**: o problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. In: Revista de Arqueologia, vol. 23, n. 2. 2010.

DINIZ, C. R. & SILVA, I. B. **Metodologia Científica** - Tipos de Métodos e sua Aplicação. Campina Grande, Natal - PB. 2008.

ENGERA. **Relatório de Impacto Ambiental RIMA PCH Águas de Ouro, Rio do Peixe/SC**. Florianópolis – SC. 2013.

ESPIG, Márcia Janete. **A Construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1910)**: a mão de obra e migrações. In: Revista Varia Hist. Vol. 28, n. 48. Belo Horizonte – MG. 2012.

\_\_\_\_\_. **O ataque às estações**: um episódio do contestado através da narrativa de Robert Helling. In: Revista Esboços. Vol. 19, n. 28. Florianópolis – SC. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Imigração e Memória**: Robert Helling, “40 anos no interior do Brasil”. In: Anais do X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras Entre o Regional e o Nacional. Santa Maria – RS. 2010.

\_\_\_\_\_. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. URS. Porto Alegre – RS. 2008.

FARIAS, D. S. E. **Distribuição e padrão de assentamento** – Proposta para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina. Tese de Doutorado, PUC – Porto Alegre, 2005

FAUSTO, Carlos. **Fragmentos de história e cultura tupinambá**. In: M. C. Cunha (org.), História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras pp. 381-396. 1992

FARQUHAR, Percival. **A Brazil Railway Company**. In: Southern Brazil Lumber & Colonization Company. 2011. Disponível em: <http://lumbercompany.blogspot.com.br/2011/04/brazil-railway-company.html>  
Acessado em: 15/02/2018, às 13h00min.

FERREIRA, Maria Raquel Alves. **A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro: O caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Minas Gérias. 2011.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1913.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Gestão em Projetos de Arqueologia**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP. 2007.

FONTANA, C. & SEVEGNANI, L. **Quais espécies arbóreas comuns da Florestal Estacional Decidual de Santa Catarina?** Revista de estudos ambientais n.14, pp.74-88. 2012

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle de mão-de-obra para a economia agroexportadora oitocentista**. In: Revista Almanack. N. 17. Guarulhos, SP. 2017.

HECKENBERGER, M. et al., **De Onde Surgiram os Modelos? As Origens e Expansões Tupi na Amazônia Central**. In: Revista de Antropologia. Vol. 41. N. 1. São Paulo – SP. 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico brasileiro**. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Série manuais técnicos de geociências, n. 1. Rio de Janeiro, 92p. 1992.

KLEIN, R. M. **Mapa fitogeográfico de Santa Catarina**. Itajaí: Flora Ilustrada Catarinense, 24 p. 1978.

KLEIN, R.M. **O aspecto dinâmico do pinheiro-brasileiro**. Sellowia, Itajaí, v. 12, n. 12, p. 17-48, 1960.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LIMA, S. R. & TONON, E. **Guerra do Contestado: o processo de rendição**. In: Revista Moisaico, vol. 10. 2017.

LINDNER, Elfride Anrain. **Estudo de eventos hidrológicos extremos na bacia do rio do peixe – sc com a aplicação de índice de umidade desenvolvido a partir do tank model**. Programa de pós-graduação em engenharia ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.2007.

LINO, Jaisson Teixeira. **Heranças Materiais de uma Guerra: os cemitérios do contestado, sul do Brasil**. In: Revista Esboços. Vol. 19, n. 28. Florianópolis – SC. 2012.

LINO, Jaisson Teixeira. **Levantamento Arqueológico Sistemático na PCH Vilincado, municípios de Ibicaré e Tangará – SC**. Relatório Final. ArqueoSul: Içara. 2009.

LINO, Jaisson Teixeira. **Ficha de Sítio Arqueológico Histórico Cemitério Aparecida, município de Ibicaré, SC**. 2009a.

LINO, Jaisson Teixeira. **Ficha de Sítio Arqueológico Histórico Casa de Turma, município de Ibicaré, SC**. 2009b.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Bom Jesus, rio do Peixe, município de Caçador, Santa Catarina. Xanxerê – SC**. Relatório de Pesquisa, 2017.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Andromix, rio do Peixe, municípios de Tangará e Ibicaré, Santa Catarina. Xanxerê – SC**. Relatório de Pesquisa. 2017a.

LOPES, Marina Da Fonseca. **Relatório De Avaliação De Impacto Ao Patrimônio Arqueológico Na Área Da CGH Atenas, Rio Cachorros, Municípios De Curitiba e Ponte Alta, Estado Santa Catarina, Vol.1**. Rio Grande: Gaia Consultoria em Arqueologia, Relatório De Pesquisa, 2018.

MACIEL, Marcelo Johny. **Maria Rosa: Fome, Fé e Resistência na Guerra do Contestado**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP. 2017.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Editora Atlas S.A. São Paulo – SP. 2003.

MENEZES, Celso Vianna Bezerra. **Rituais de Devoção: dádivas no messianismo do contestado**. In: Revista Esboços. Vol. 19, n. 28. Florianópolis – SC. 2012.

MILHEIRA, Rafael Guedes. **Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste – RS**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP. 2008.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Energia A ordem é economizar**. Pp.98-111. s/d.

MOCELLIN, Renato. **Os Guerrilheiros do Contestado**. São Paulo: Editora do Brasil, Coleção Lutas do nosso povo, 1989.

MONTICELLI, Gislaine. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil: Uma crítica aos contextos.** Tese de doutorado Curso de Doutorado Internacional em História da Pontifícia de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: Pré-história, Colônia e Império.** Maringá: Eduem, 11-44. 2011.

MÜLLER, L. M. & SOUZA, S. M. **Enterramentos Guarani: problematização e novos achados.** In: CARBONERA, M. & SCHMITZ, P. I (Orgs) Antes do Oeste Catarinense, Arqueologia dos povos indígenas. Ed. ARGOS – Chapecó – SC. pp. 167-218. 2011.

NEUMANN, Mariana Araújo. **Ficha de Sítio Arqueológico Salto do Sóque I,** município de Tangará, SC. 2011a.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Salto do Sóque II,** município de Tangará, SC. 2011b.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo na PCH Salto do Sóque, município de Tangará, SC.** Relatório Final. ArqueoSul: Içara - SC. 2011c.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em Miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da *colonizadora Meyer* no noroeste do Rio Grande do Sul (1897 – 1932).** Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Porto Alegre, RS. 2009.

NOELLI, Francisco Silva. **A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas 1872-2000.** Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

OLIVEIRA, Kelly de. **Um caso de “regionalismos culturais” por meio do estudo da cerâmica pintada Tupiguarani de Itapiranga (SC).** In: CARBONERA, M. & SCHMITZ, P. I (Orgs) Antes do Oeste Catarinense, Arqueologia dos povos indígenas. Ed. ARGOS – Chapecó – SC. pp. 219-240. 2011.

OLIVEIRA, Roger Ávila de. **Ficha de Sítio Arqueológico SC-PIX-01,** município de Ibicaré, SC. 2017a.

OLIVEIRA, Roger Ávila de. **Ficha de Sítio Arqueológico SC-PIX-02,** município de Ibicaré, SC. 2017b.

OLIVEIRA, R. A. & COSTA, S. S. **Relatório de Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da PCH Ibicaré, município de Ibicaré, SC.** Arqueoeste: Chapecó – SC. 2017.

PARELLADA, Claudia Inês. **Arte Rupestre no Paraná.** Revista Científica/FAP. Curitiba, PR. Vol. 4. N. 1. 2009.

PEREIRA, Daniel Gomes. **Impactos Socioambientais na Construção de Usinas Hidrelétricas**. In: Evento AJES. Eixo Temático Ensino/Aprendizagem. S/d.

PERILLO FILHO, Átila. **Análise Lítica e Dispersão Espacial dos Materiais Arqueológicos do Sítio Itanguá 02, Vale do Jequitinhonha – MG**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGant/UFPel). Pelotas, RS. 2016.

PESTANA, Marlon Borges. **A Tradição Tupiguarani na porção Central da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil**. Dissertação de Mestre em História na área de Estudos Históricos Latino-Americanos. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo – RS, 2007.

PROUS, A. & FOGAÇA, E. **O Estudo dos Instrumentos de Pedra**. Editora Alínea. 2017.

PROUS, André. **O Brasil Antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país**. 2ª ed. Zahar, 2006.

PROUS, André. **A Pintura Tupiguarani em Cerâmica**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 8: 11-20. 2009.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Editora da Unb. Brasília - DF 1992.

PROUS, André. **Os Artefatos Líticos: elementos descritivos classificatórios**. In: Arquivos do Museu de História Natural da UFMG. Vol. XI. 1986/90.

RUBIM, Sergio. A Guerra do Contestado. In: **Contestado: A Guerra Desconhecida**. 2008. Disponível em: <http://contestadoaguerradesconhecida.blogspot.com.br/> Acessado em 15/02/2018 às 15h00min.

RUBIN, J. C. R. & CARBONERA, M. **Considerações acerca do contexto ambiental dos sítios arqueológicos do alto rio Uruguai: Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai UHE Itá**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, n. 21, p. 153-166, 2011.

SANTOS, Josiel dos. **Arqueologia Guarani e Sistema de Assentamento no Extremo Sul de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. UFPel – RS. 2016.

SCHMITZ, P.I. & FERRASSO, S. **Caça, pesca e coleta de uma aldeia Guarani**. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P.I. (org.). **Antes do Oeste Catarinense: Arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, Editora da Unochapecó, 2011. SOUZA 2009

SCHMITZ, P. I. & ROGGE, J. H. **“Casas Subterrâneas” no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos**. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, SP. 2011.

SCHIMITZ, Pedro Ignácio (Org). **As casas subterrâneas de São José do Cerrito**. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo – RS. 2014.

\_\_\_\_\_. **Este não é o menor entre os Estados brasileiros**. O que os outros Estados têm que o Mato Grosso do Sul não tenha também? Conferência apresentada na abertura da Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Campo Grande – PB. 2005.

\_\_\_\_\_. **Migrantes da Amazônia: A Tradição Tupiguarani**. In: Pré-história do Rio Grande do Sul, Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS. São Leopoldo, RS, p. 31-64, 2006.

SEI/IPHAN. **Sistema Eletrônico de Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Acesso em 2018.

SILVA, A. P. de S. et al., **Qualidade da água do reservatório da usina hidrelétrica (UHE) de Peti, Minas Gerais**. In: R. Árvore, Viçosa-MG, v. 33, n.6, p. 1063-1069. 2009.

SILVA, C. M. C. et al. **Análise das Metodologias e Técnicas de Pesquisa sobre os Ativos Intangíveis: um estudo nos eventos da Área Contábil**. In: XXI Congresso Brasileiro de Custos – Natal – RN. 2014.

SILVA, Fabio Henrique Nunes da. **Guerra do Contestado: líderes militares que se destacaram**. Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Programa de Especialização em História Militar da UNISUL. 2017.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Levantamento Arqueológico na área de implantação das PCHs: Assombrado, Lacerdópolis, São Carlos, Ouro, Águas de Ouro, Alto Alegre, Barra do Pinheiro, Piratuba. Bacia do Rio do Peixe/Meio-Oeste Catarinense**. Relatório da Prospecção Arqueológica, Geoarqueologia: Florianópolis. 2011.

SILVA, Sergio F. S. Monteiro da. Terminologias e Classificações usadas para descrever sepultamentos humanos; exemplos e sugestões. Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 15-16; 113-138, 2005-2006.

SOLARI, A. & SILVA, S. F. S. M. **Sepultamentos Secundários com Manipulações intencionais no Brasil: um estudo de caso do sítio arqueológico do Cachorro, Buíque, Pernambuco, Brasil**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. V. 12. Belém, PA. 2017.

SOUSA, João Carlos Moreno. **Tecnologia de Ponta a Ponta: Em busca de mudanças culturais durante o Holoceno em indústria líticas do Sudeste e Sul do Brasil**. Projeto de pesquisa de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Jonas Gregório de. **A Cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a Difusão das Linguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Do Antes ao Depois: a influência da *Lumber Company* para a deflagração do movimento sertanejo do contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina.** In: Revista Esboços. Vol. 19, n. 28. Florianópolis – SC. 2012.

VALENTINI, D. J. & RADIN, J. C. **A guerra do contestado e a expansão da colonização.** In: Revista Esboços. Vol. 19, n. 28. Florianópolis – SC. 2012.

VILL, Josiane. **Geografia de Santa Catarina Aspectos Físicos** – Plano de Disciplina da Turma do 3º ano do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires. s/d.

ZAGO, S. & PAIVA, D. P. (Org) Rio do Peixe: **Atlas da bacia hidrográfica.** 2ªEd. Ver. E atual – Joaçaba, SC: UNOESC, Concórdia: Embrapa. 2016.

### **Consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**

CNSA – IPHAN. **Ficha de Sítio Arqueológico Caçador I (SC00197)** - Município de Caçador, SC. Registro: ROHR, J. A. 1989.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico U-379: José Casaquevici (SC00112)** - Município de Piratuba, SC. Registro: Não consta. 1989a.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Contestado (SC00478)** - Município de Irani, SC. Registro: BASTOS, R. L. 1993.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Rio Caçador (SC00196)** - Município de Caçador, SC. Registro: THOMÉ, N. 1994.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Ipira I (SC00468)** - Município de Ipira, SC. Registro: PIAZZA, W. F. 1899.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Esteves Júnior (SC00469)** - Município de Ipira, SC. Registro: PIAZZA, W. F. 1899a.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Linha Navegantes (SC00819)** - Município de Piratuba, SC. Registro: PIAZZA, W. F. 1899b.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Adroaldo Luiz da Silva (SC00821)** - Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1899c.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Osvaldo Bruno Azevedo (SC00822)** - Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1899d.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Gonçalves da Silva (SC00823)** - Município de Piratuba, SC. Registro: Não consta. 1899e.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Severino Francisco Vieira (SC00470)** - Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico João Salaminka (SC00471)** - Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980a.



\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Levino Minks (SC00472)** -  
Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980b.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Pedro Lopes Vargas (SC00473)**  
- Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980c.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Francisco Wisenki (SC00474)** -  
Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980d.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Severino Schiachet (SC00475)**  
- Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980e.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Velocíndio Pereira Duarte (SC00476)** -  
Município de Ipira, SC. Registro: GOULART, M. 1980f.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico SC-UPP-79 (SC00824)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980g.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Nicolau Backes (SC00825)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980h.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Dorvalino Vieira (SC00826)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980i.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Anelino B. Nascimento (SC00827)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980j.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Otacílio de Moura (SC00828)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980k.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Juraci Backes (SC00829)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980l.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Orlando Lima (SC00830)** –  
Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980m.

\_\_\_\_\_. **Ficha de Sítio Arqueológico Vilmar Luis da Silva (SC00831)**  
– Município de Piratuba, SC. Registro: GOULART, M. 1980n.

## ANEXO I – Dicionário de Termos Arqueológicos

**Acordelamento:** Processo de produção cerâmica indígena onde cordões de barro são sobrepostos uns aos outros.

**Arqueologia de Contrato/Preventiva:** A arqueologia de contrato/preventiva é própria do fazer ligado ao licenciamento ambiental, desta forma é o fazer arqueológico que não está estritamente ligado a academia, e atua de maneira a evitar maiores impactos ao patrimônio cultural e arqueológico do país (MORAIS, 1998 apud FOGOLARI, 2007).

**Artefato Lítico:** São ferramentas produzidas através do processo de lascamento e/ou polimento de rochas e minerais (DIAS, 2008, 2010; PROUS & FOGAÇA, 2017).

**Caçador-coletor:** Grupos indígenas que obtinham suas fontes de alimento através da caça e da coleta. Não dominavam o conhecimento da fabricação cerâmica (PROUS, 1992).

**Ceramista horticultor:** Grupos indígenas que dominavam tanto a produção de cerâmica quando os processos de agricultura (PROUS, 1992).

**Cerritos:** “são sítios construídos, montículos cujo sedimento, deferentemente dos sambaquis, é de origem essencialmente mineral” (PROUS, 1992:329).

**Chooping-tool:** Instrumento feito em pedra lascada, *talhador*. Apresentam um gume mais comprido, alongado, e lascado em ambos os lados (PROUS, 1986/90).

**Chopper:** Instrumento feito em pedra lascada, *talhador*. Apresenta apenas um gume mais comprido, alongado e lascado em apenas um dos lados (PROUS, 1986/90).

**Corrugado:** “tem como expressão decorativa a *dobra* – é a ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semilunar como resultado do acúmulo de argila arrastada” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989:35).

**Engobo:** Tratamento decorativo dado à cerâmica, usualmente ligada à tradição guarani. Caracterizasse pela pintura (em vermelho ou branco) de todo o pote (interna ou externamente) fazendo com que seja desenvolvido um “plano de fundo” (HECKENBERGER et al., 1998).

**Enterramento primário:** Enterramentos onde o corpo do falecido é depositado diretamente no local de enterro (gruta, chão, casca de árvore), os ossos, portanto, apresentam-se ainda articulados. “o corpo teria sido depositado na cova antes da decomposição, nas posições contraído ou fletido, estendido ou sentado, de frente ou de costas” (SILVA, 2005-2006:119).

**Enterramento secundário:** “nos enterramentos secundários, o corpo é depositado inicialmente, de alguma maneira, após a morte, para depois, em uma sequência de tratamento mortuário e após um determinado lapso de tempo

culturalmente determinado, os restos serem removidos de seu lugar inicial, para, finalmente, serem dispostos no mesmo ou em outro lugar distinto” (SOLARI & SILVA, 2017:137).

**Fóssil Guia:** Fóssil guia é o termo utilizado por arqueólogos para definir materiais que são diretamente relacionados a um certo grupo indígena. É através da definição de fóssil guia que sítios relacionados à grupos como os Humaitá e Umbu são identificados.

**Gravura/Pintura Rupestre:** Gravura ou Pintura feita na parede. O termo rupestre é diretamente relacionado ao suporte rochosos no qual os grupos pré-históricos pintavam.

**Grupos Sambaquieiros:** São grupos que ocuparam o litoral brasileiro, produziram montículos de grande extensão e altura acumulando restos de alimentação (peixes e caça) onde viviam. Comumente enterravam seus mortos nos mesmos montes que ocupavam como moradia (PROUS, 1992).

**Indústria Lítica:** Termo que se refere aos remanescentes de ferramentas feitas em pedra por diferentes grupos pré-coloniais. É importante salientar que cada grupo usualmente apresenta características distintas em seu aparato lítico, tais características são utilizadas para identificar os grupos responsáveis pelo sítio arqueológico em que os materiais foram identificados. Ver fóssil guia.

**Lascamento Bipolar:** É um tipo de processo de produção de ferramentas líticas onde utiliza-se uma bigorna (suporte rochoso) para apoiar o material a ser lascado. Esse processo causa a criação de uma lasca (ver significado abaixo) com características próprias: usualmente as extremidades do material lascado apresentam características próprias de esmagamento e a onda de choque referente a pancada dada pelo artesão é visivelmente identificada em toda extensão da altura da lasca (PROUS & FOGAÇA, 2017).

**Lascamento Unipolar:** É um tipo de processo de produção de ferramentas líticas onde o produtor da ferramenta segura um bloco denominado de núcleo que deseja lascar com uma das mãos, com a outra mão aplica golpes sucessivos no núcleo utilizando de um percutor (ver significado abaixo) de origem animal, vegetal, rochosa ou mineral (PERILLO FILHO, 2016; FOGAÇA & PROUS, 2017).

**Lascas:** São produtos dos processos de lascamento (tanto unipolar quanto bipolar). Comumente apresentam características que dão capacidade ao pesquisador para identificar seus meios de produção, sendo essas: bordos cortantes, ondas de choque, ponto de impacto (PROUS, 1986/90; FOGAÇA & PROUS, 2017).

**Percutor:** Também chamado de batedor caracteriza-se por ser o material utilizado para aplicar um golpe no mineral onde se pretende lascar. Pode ser de origem mineral, rochosa, animal e vegetal, contudo deve apresentar uma densidade maior daquele que o material a ser lascado (PERILLO FILHO, 2016).

**Pinçado:** Tratamento dado a superfície externa cerâmica realizado através de pressões-incisões na pasta utilizando os dedos como pinça (ALVES, 1994).

**Ponta Rabo de Peixe:** Definição morfológica de um tipo de ponta de projétil, que comumente apresenta uma morfologia que se assemelha ao perfil de um peixe.

**Ponteadado:** “tem como expressão decorativa o *ponto* – é a ação de um instrumento de seção variada, aplicada pelo artesão, de forma impressa sobre a superfície cerâmica (LA SALVIA & BROCHADO, 1989:35).

**Pré-cerâmicos:** relativo a populações anterior ao domínio da produção de cerâmica. São grupos que não deixaram remanescentes cerâmicos em sítios arqueológicos ligados a eles.

**Sítio Arqueológico:** No entendimento da autora um sítio arqueológico caracteriza-se por ser uma área onde é identificado, relacionado e confirmado a presença humana no local. Podem variar quanto a utilidade sendo estas áreas de moradia, produção de ferramentas, caças ou rituais (BINFORD, 1980).

**Tembetá:** Adorno labial feito em pedra e/ou mineral polido.

**Tradição Guarani:** Grupos pré-coloniais que se estendem desde a Argentina e o Paraguai até o Maranhão. Estiveram espalhados por quase todo território brasileiro, e são, dos grupos recentes mais tardios os mais recentes, estando presentes no território do Brasil no tempo da chegada dos Europeus (PROUS, 1992).

**Tradição Humaitá:** Grupos pré-ceramistas que ocuparam o sul e sudeste do país, existem informações relacionando os grupos Humaitá em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Produziam instrumentos de pedra maciços e robustos (PROUS, 1992).

**Tradição Taquara/Itararé:** Grupos pré-coloniais que se caracterizam por elaborar cerâmicas simples e pequenas, é comumente associado aos grupos Taquara/Itararé a construção de estruturas subterrâneas que serviam para diferentes fins, sendo um deles e o mais comum a moradia (PROUS, 1992).

**Tradição Umbu:** Grupos pré-ceramistas que ocuparam o sul e sudeste do país, existem informações de materiais relacionados aos grupos Umbu em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Produziam instrumentos de pedra com ampla presença de pontas de projétil (PROUS, 1992).

**Ungulado:** “tem como expressão decorativa a *ungulação* – é a ação frontal da unha, na forma de um arco, com sentido e formado de quem aplica” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989:35).

**ANEXO II – Mapas**

